



Índice

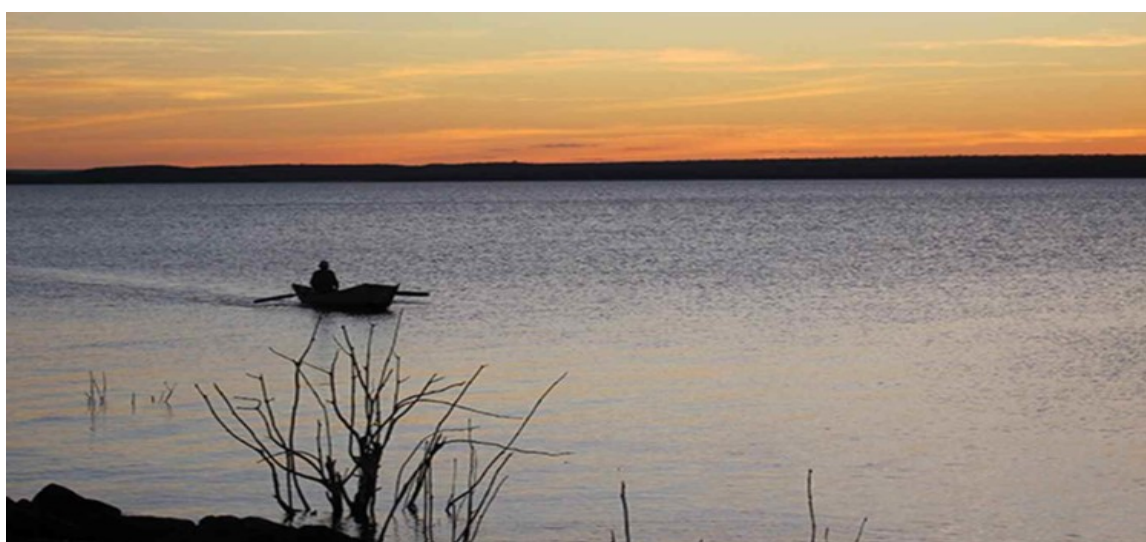
- 01** Cercamento das águas brasileiras ameaça pesca artesanal
- 02** SP – Em atuação extrajudicial, Defensoria Pública auxilia comunidades tradicionais a manter pesca de caranguejo
- 03** AGU garante segurança jurídica de obras do setor elétrico avaliadas em R\$ 107 bilhões
- 04** Ribeirinhos recebem atendimento
- 05** Após aumento de chuvas em fevereiro, Embrapa Pantanal emite alerta para regiões ribeirinhas
- 06** Conflito entre pescadores por território pesqueiro na Pedra do Sal
- 07** Avenida Surubim será asfaltada nesta terça-feira
- 08** Movimento 'compartilha' roupas arrecadadas em comunidade Quilombola
- 09** Comunidade Quilombola da Barra de Aroeira realiza eleição dia 22 de fevereiro
- 10** Após alagamento, moradores temem nova cheia no Rio Pirarara, em RO
- 11** Obras portuárias e impactos sociais no Tapajós: interesses econômicos e a obscuridade de informações
- 12** Antes do Rio/2016, os povos indígenas terão sua olimpíada
- 13** Conflito entre indígenas termina com homem morto em Erebangó, RS



- 14 Indígenas acusados de latrocínio são presos em Amambai
- 15 Pedro Puttini Mendes: O desarquivamento da PEC-215 ameaçando "guerra"
- 16 Desmatamento cresce 169% na Amazônia Legal
- 17 Milícia sequestra e tortura jovem Kaiowá em Navirai
- 18 Governo federal garante posse de terras a ribeirinhos no Amazonas
- 19 Levantamento da AGU aponta que nenhuma obra de UHE está paralisada por decisão judicial
- 20 Idoso é encontrado morto dentro de casa e suspeita é de latrocínio em MS
- 21 Os caminhos tradicionais e os caminhos aplainados nas Chapadas de Urbano Santos, Anapurus e Santa Quiteria
- 22 Em RR, avião com indígenas grávidas cai após decolar e deixa uma ferida
- 23 Universo quilombola é tema de evento em comunidade de Passa Tempo
- 24 Ana apresenta demandas das comunidades quiombolas
- 25 O grito da Selva ao Planalto: povos indígenas de Rondônia estão em Brasília
- 26 Frente Ambientalista se reúne para definir estratégia em defesa dos indígenas
- 27 Atingidos resistem contra hidrelétrica do Arrodeador, na Bahia
- 28 A transposição e os vulnerabilizados
- 29 Lá vem o progresso
- 30 UFGD abre processo seletivo para Licenciatura Indígena

Cercamento das águas brasileiras ameaça pesca artesanal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.02.2015



Santiago Navarro F. e Renata Bessi, CPP

Com 12% da água doce disponível do planeta, mais de 3,5 milhões de hectares de lâmina d'água em reservatório de usinas hidrelétricas, um litoral de mais de oito mil quilômetros e ainda uma faixa marítima equivalente ao tamanho da Amazônia, o Brasil possui enorme potencial para a produção da aquicultura. O governo brasileiro, que criou um ministério exclusivamente para o assunto, o Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), está tratando de direcionar esforços para aumentar a produção de peixe em cativeiro nas águas brasileiras, com o incentivo da Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO).

O ritmo de crescimento tem sido acelerado. De 2010 até 2013, a produção nacional de pescado mais que dobrou, saltando de 480 mil toneladas para aproximadamente 1 milhão de toneladas, de acordo com dados do MPA. Para o ano de 2014, a expectativa é que a produção aquícola nacional chegue a 1,3 milhão de toneladas.

O objetivo do governo de transformar os espelhos d'água em parques aquícolas é visto pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais como um risco para as áreas de pesca tradicional. "O loteamento das águas doces e salgadas que está em processo agora em todo território brasileiro se assemelha ao processo de exploração das terras no Brasil. As terras foram se concentrando nas mãos de poucos proprietários e os pequenos agricultores foram

CONT.

sendo expulsos. Também estamos sendo expulsos para dar lugar a empresas e não vamos demorar a ver também latifúndios nas águas”, afirma Maria das Neves, pescadora em Pernambuco e integrante do movimento.

A aquicultura se instala em grandes áreas e suprime os espaços de pesca artesanal. Seguranças são contratados para garantir que pescadores não se aproximem a uma distância de pelo menos 50 metros do empreendimento. “Além disso, estes empreendimentos prejudicam a piracema e contaminam a água com remédios dados aos peixes. Sem contar a ração que altera a cadeia alimentária dos peixes nativos”, afirma Maria José Pacheco, secretária executiva do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

O secretário executivo do CPP no nordeste, Severino Santos, afirma que, para que não haja impacto na pesca artesanal é necessário um ordenamento pesqueiro sério. Para isso, propõe um levantamento da produção pesqueira, identificação das espécies e o zoneamento das áreas de pesca, levando-se em consideração o conhecimento das comunidades pesqueiras.

Invisíveis?

Questionado, o MPA, por meio de seu departamento de imprensa, afirma que as políticas públicas de fomento da aquicultura não comprometem as políticas públicas de fomento da pesca artesanal. “Uma não inviabiliza a outra porque são linhas de atuação diferentes e que se complementam com o objetivo de aumentar a produção e a qualidade do pescado no país, tanto por meio da aquicultura como por meio da pesca”.



O secretário executivo do CPP, por outro lado, sustenta que não há dúvida de que ações do MPA invisibilizam a atividade pesqueira artesanal. “O discurso e as ações do MPA estão voltados para o hidronegócio, no início a carcinicultura, e agora a cessão de águas para desenvolver projetos de maricultura e piscicultura para cultivar de forma intensiva, principalmente, a tilápia e o bejupirá”, afirma. “Na região do São Francisco, por exemplo, o governo tem incentivado pescadores artesanais a fazerem investimentos na aquicultura”, critica.

O que existe hoje voltado para o pescador artesanal é o seguro desemprego no período da piracema (novembro a fevereiro), já que são impedidos de pescar nesta época do ano, e empréstimos específicos que chegam ao valor de R\$ 2.500.

CONT.



Contradições nas estatísticas

Existem hoje 970 mil pescadores registrados no MPA, sendo que 957 mil são artesanais. De acordo com o ministério, 45% do pescado produzido no país, 1,240 milhão de toneladas, é resultado da pesca artesanal. "Há certa incongruência nestes dados. Como é possível que 96% dos pescadores pesquem menos da metade dos peixes", afirma Tarciso Quinamo, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). O movimento dos pescadores estima que 70% do pescado venha da pesca artesanal.

Qualidade duvidosa

O espelho de água do Lago de Itaparica, nordeste do Brasil, represa as águas do Rio São Francisco e é o terceiro maior espelho do país com uma área de 834 Km². O lago abarca cinco municípios no estado de Pernambuco – Floresta, Belém São Francisco, Petrolândia, Itacuruba -, e no estado da Bahia os municípios de Glória, Chorrochó e Rodelas. A represa foi feita em função da hidroelétrica de Itaparica, em atividade desde 1988. Para sua construção foram inundadas as cidades de Petrolândia, Itacuruba, Rodelas e o povoado de Barra do Tarrachil.

As Associações dos Pescadores e Pescadoras de Peixe do Lago do Papagaio e a Associação Agropesca São Francisco mantêm seus criadores em uma das ilhas do lago de Itaparica, na região que os pescadores chamam de Serra do Papagaio. Não há como desembarcar na ilha sem submergir pelo menos metade do corpo na água, aparentemente limpa e cristalina. A equipe de reportagem desembarcou a alguns metros dos tanques onde os peixes são criados. Ao chegar à terra era possível ver larvas grudadas nos pés e nas pernas da equipe.

O membro da Colônia de Pescadores de Petrolândia, Pedro de Souza, relata denúncias dos pescadores em relação aos peixes criados em cativeiro. "Sabemos que desenvolvem inúmeras doenças que atacam os animais como fungos e larvas. Vemos até mesmo aberrações como peixes vivos, mas com metade do corpo necrosado", afirma.

A piscicultora Maria José, que trabalha na ilha, relata que suas atividades são basicamente alimentar os peixes e tirar dos tanques os animais mortos. "Às vezes estufam os olhos. Outros perdem a escama", disse. Para combater as doenças, os criadores acabam fazendo uso abusivo de antibióticos, pesticidas, antifólio, altamente tóxicos e poluidores.

Nelson de Souza, outro trabalhador da cooperativa, admite que os peixes mortos se tornam um problema. "Não podemos jogar na água, pois polui. Então a saída é enterrar estes peixes", afirma.

No mesmo dia, a reportagem, navegando pelo lago de Itaparica, encontrou em uma das ilhas contêineres cheios de um resíduo composto por restos de peixe. "Coloca-se algum produto para o peixe se desmanchar. Nem urubu nem mosca chegam perto destes restos", afirma Pedro.

CONT.

Questionado sobre o controle sanitário da atividade, o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município de Petrolândia, Marcos Rogério Viana, disse que engenheiros agrônomos da prefeitura fazem a cada 60 dias monitoramento e até o momento não houve problema nenhum em relação à qualidade da água e do peixe.

Revolução Azul

O redimensionamento da produtividade dos oceanos, rios e outros ambientes aquáticos, com tecnologia que permite um maior extrativismo aquático, foi chamado de Revolução Azul que, segundo a FAO, aliviaria a pobreza em resposta à segurança alimentar e geração de emprego assim como um maior crescimento econômico, projetando o que a organização denominada como Crescimento Azul, retomado no documento, "O Futuro que Queremos" Rio + 20.

Segundo os últimos dados registrados pela FAO, no ano de 2012, a produção mundial pesqueira alcançou um nível de 158 milhões de toneladas, sendo que 15 países foram responsáveis por 92,7% de toda a produção de peixes comestíveis cultivados em 2012. Entre eles, Chile e Egito tornaram-se produtores de milhões de toneladas em 2012. O Brasil é considerado um país potencial no ranking mundial na área de aquicultura.

No entanto, de acordo com dados da FAO, as importações de pescado aumentaram 108% desde 2012, tendo como principais destino países que não sofrem com a fome, ou seja, países desenvolvidos como os Estados Unidos, Alemanha, Japão e França. A expectativa é que em 2030, o Brasil passe a contribuir com a projeção da FAO para produzir 20 milhões de toneladas de peixe por ano.

Margens em disputa

A disputa pelas terras às margens das águas do Lago de Itaparica é outro fator que ameaça a pesca artesanal nesta região do Brasil. Território tradicionalmente utilizado pela pesca artesanal, os pescadores têm convivido com novos apetrechos na paisagem de beleza cênica rara do semiárido nordestino. Nas praias de água doce, nas ilhotas e nas terras que margeiam o lago tornou-se comum deparar-se com cancelas, cercas, estacas, arames e placas que proíbem a passagem dentro e fora das águas.



CONT.



Os pescadores têm convivido com práticas violentas. "Tem uma garoba aí que a gente se arranchou dias atrás e quando saímos tacaram fogo na garoba pra gente não voltar. É de não acreditar, mas derrubaram o mato para a gente não voltar", conta Gilda Henrique, 29 anos, pescadora do lago de Itaparica, em Petrolândia.

A pesca artesanal tem sua dinâmica própria. O pescador se move de acordo com os tempos de reprodução do peixe, de maneira que os espaços de sua atividade variam. "O peixe desaparece em um canto e temos que ir pra outro lado atrás dele", explica Gilda. Os pescadores costumam alojar-se ao longo de dias ou até mesmo semanas nos chamados "ranchos", abrigos de uso comum dos pescadores que ficam às margens do rio e nas ilhotas que compõem a represa de Itaparica. É o espaço de apoio e de convivência dos pescadores, de troca de experiências e de saberes nos dias de trabalho nas águas.

Deixam suas casas geralmente na segunda-feira e permanecem por cinco ou seis dias nas águas do rio São Francisco, até durar o gelo que conserva o peixe. Nas ilhas soltam a rede e utilizam o rancho para limpar, salgar e gelar o peixe, dormir, cozinhar e fazer suas refeições. "E assim vamos de rancho em rancho atrás do nosso peixe", explica Gilda.

O movimento que demanda a atividade tradicional pesqueira contrasta com a dinâmica dos 'donos' das terras que vem surgindo sem ordenamento ao longo do lago, seja para criação de peixe, plantio, criação de animais, turismo aquático ou casas de veraneio. Navegando pela represa percebe-se os contrastes entre ranchos dos pescadores, casas de luxo e praia com bares e restaurantes. Encontra-se até mesmo cercas dentro da água. "Aqui você chega com sua embarcação para pescar, encosta nas margens do lago e já chega logo o 'dono' e diz que não quer ninguém ali. Uns resistem e ficam, mesmo com medo de chegar alguém na noite para matar. Já têm outros que se vão", conta José Ilton, 40 anos, pescador da represa. "A gente vai ficando cercado".

Quem são os responsáveis pelas terras?

As terras nas bordas do lago estão sob administração da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), ligada ao Ministério de Minas e Energia. O secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município de Petrolândia, Marcos Rogério Viana, admite haver conflito nestes espaços. "Muitas pessoas estão invadindo e a Chesf não toma uma providência para despejar estas pessoas. É um conflito que existe e precisam encontrar alternativa para resolver", afirma.

A Chesf afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não é responsável pelas margens do reservatório mas, contraditoriamente, admite ter controle sobre Áreas de Preservação Permanente (APP). De acordo com a Lei 12.651, artigo 3, da Constituição Federal do Brasil, as APPs são "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-

CONT.



estar das populações humanas”. E são, de acordo com seu artigo 4, “as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente”.

O Conselho Pastoral da Pesca (CPP) sustenta que as terras de domínio da União, tanto APPs quanto as delimitadas para segurança, estão sendo ocupadas por posseiros. O secretário executivo do CPP no nordeste, Severino Antônio dos Santos, cita o exemplo das terras entre os municípios de Petrolândia e Jatobá que margeiam o lago. “As terras que ficam entre a BR 316 e o lago, que são da União, seja APPs ou área de segurança, estão sendo invadidas por posseiros, casas de veraneio, empresas. É só caminhar pela estrada e é possível ver”.

De acordo com Alzení Tomaz, do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Povos e Comunidades Tradicionais e Ações Socioambientais (Nectas), da Universidade do Estado da Bahia, não há dúvida de que as bordas do lago estão sob responsabilidade da Chesf. “O que acontece é que a empresa distribui estas terras de acordo com critérios não transparentes. Sabemos que isso acontece, mas não temos o mapa destas terras. Já fizemos várias solicitações, inclusive via Ministério Público, para saber o que de fato foi transferido ou não, e como isso é feito, mas a Chesf se exime da sua responsabilidade de informar”, afirma a pesquisadora. “Esta situação acaba gerando invasões ilegais e depredação da vegetação e das águas. O que se deve levar em conta é que esta situação precisa ser resolvida para que os promotores das invasões sejam responsabilizados e que as áreas sejam realmente preservadas”.

Alzení lembra que os pescadores artesanais não foram considerados pelo governo, foram atingidos pela construção da represa e acabaram sem acesso a muitos dos seus territórios tradicionais. “E infelizmente situações como esta se repetem em todo o Brasil”, avalia.

A Chesf, questionada se possui conhecimento das invasões nas margens, limitou-se a responder que não possui responsabilidade pelas áreas.

Mobilização pelo Território Pesqueiro

5 horas da manhã em uma das Ilhas do lago de Itaparica, chamada pelos pescadores de Porto Serra do Mocó. Ainda escuro, Rosalvo Ferreira da Silva chega trazendo na canoa a rede que havia deixado nas águas no final do dia anterior. Para lançar a rede ao rio, o ideal é que os pescadores estejam pelo menos em dois. Um para segurar o barco e outro para arremessar a rede. Mas Rosalvo joga sozinho. “O vento vai levando o barco enquanto jogo. Se me leva para o lado errado, fico bravo”. Na rede predominam a tilápia, curvina e a piaba. Aproxima a canoa da terra e começa a lidar com os peixes”, justifica.

Rosalvo, 64 anos, começou a pescar com 12 anos, na Barreira Velha, que está agora debaixo das águas represadas. Naquela época pescava no São Francisco velho, o de águas correntes. Ali tinha também uma roça. Com a represa foi deslocado para uma agrovila em Petrolândia. “Fiquei um tempo parado, mas tava ficando doente. Aí caí fora, sou do rio ... desabei para as águas”, lembra.

CONT.



Enquanto abre o dorso de uma piaba, o pescador se dá conta de que naquele dia a pesca não foi tão boa. "A lua está clara [lua cheia]. Para anzol tanto faz lua clara ou escura. Peixe de anzol, como o tucunaré, não come à noite mesmo, quando escurece ele acama. Mas para peixe de rede esta lua clara não serve. A rede brilha e eles fogem", explica.

Rosalvo gosta da solidão das águas. Está protegido. "Não sei vocês, mas todo dia às 6 horas vejo a Maria das Águas. Eu estou sozinho e me concentro. Conheço gente que também vê. As águas dos rios têm muito segredo, assim como os astros no céu e o mato".

O uso que os pescadores fazem do rio São Francisco vai além da relação objetiva de garantir o sustento de suas famílias. Há uma relação ancestral e mística. "A afinidade entre essas comunidades e o rio se apresenta como algo tão íntimo que soa como uma relação de parentesco ou familiar. O rio com seus mitos, suas águas e seus ciclos está impregnado no modo de ser das pessoas", afirma Neusa Francisca Nascimento, da CPP do estado de Minas Gerais.

Existe um conhecimento popular sobre as águas, o peixe, o tempo, os astros, construído ao longo de gerações. Esse conhecimento composto coletivamente nas comunidades não é passado a partir do ensino escolar, mas transmitido de pai para filho. É em defesa desse modo de vida construído em torno da pesca que estão sendo desenvolvidos esforços pela regulamentação do território das comunidades tradicionais pesqueiras.

O movimento dos pescadores está em campanha pela aprovação do projeto de lei de iniciativa popular para regularizar o Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. "Hoje não existem procedimentos para regularizar os territórios das comunidades tradicionais pesqueiras", explica Maria José. O objetivo, de acordo com ela, é regulamentar o espaço utilizado pelos pescadores, assim como acontece com as demarcações de terras indígenas e quilombolas.

Para ser aprovado, o projeto necessita do apoio de 1% do eleitorado brasileiro, ou seja, 1.406.466 assinaturas. Para saber mais sobre a Campanha acesse: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>

Ameaçada

A pesca é uma atividade milenar. Há sambaquis (depósito de conchas, cascas de ostras e outros restos de cozinha) na costa litorânea brasileira que remontam a mais de 8 mil anos, lembra Tarcisio Quinamo, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). "A atividade da pesca tradicional se mantém, claro com renovações, até hoje. E a ameaça nunca esteve tão viva", afirma.

Para Maria José, o que há no país é um modelo de desenvolvimento que não inclui o povo brasileiro. "Os territórios onde os pescadores estão em todo o Brasil são bonitos, valorizados,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32/2015

Brasília, 23 de fevereiro de 2015.

cheio de recursos hídricos, bosques, manguezais. Por isso é terra em disputa. Mas estas áreas só existem porque estas comunidades as preservam”, afirma Maria Pacheco.

“Que diabo de desenvolvimento é esse, que destrói casa, que tira pessoas que não têm dinheiro dos seus lugares? Tira a vontade da gente, o direito, o desejo. Está faltando o pessoal estudar o que é fazer desenvolvimento sem esmagar o povo”, reclama Maria das Neves.

Fotos: Renata Bessi.

SP – Em atuação extrajudicial, Defensoria Pública auxilia comunidades tradicionais a manter pesca de caranguejo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.02.2015



DPE/SP

Por meio de um trabalho extrajudicial, a Defensoria Pública de SP ajudou a manter a pesca de subsistência de comunidades tradicionais que vivem nas imediações da Área de Proteção Ambiental de Cananeia, Iguape e Peruíbe (APA-CIP), no litoral sul do Estado.

Atendendo a pedido da Defensoria Pública à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), o governo estadual editou no fim de dezembro o Decreto nº 61.026, que autoriza excepcionalmente a exploração do caranguejo-uçá em caso de comprovado repovoamento ou abundância, por comunidades tradicionais ou locais, por meio de pesca de subsistência ou artesanal.

O governo paulista havia editado em fevereiro de 2014 o Decreto nº 60.133, que declarara espécies da fauna ameaçadas de extinção, proibindo a pesca e a captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e do pitu-de-Iguape (*Macrobrachium acanthurus*). A proibição provocou grande impacto social e econômico na região, comprometendo a renda e criminalizando a atividade tradicional de cerca de 200 pescadores que vivem da captura do caranguejo e de 50 outros que pescam o pitu.

CONT.



No caso do caranguejo, a proibição também resultou na prisão de um pescador em dezembro, assim como no corte do pagamento do "seguro defeso". Esse seguro é uma assistência financeira temporária paga pelo governo federal aos pescadores profissionais que exercem a atividade de maneira artesanal, durante o período de "defeso", quando a pesca de determinada espécie é vetada. Como não havia restrição em relação ao pitu, os pescadores que exploram a espécie já não recebiam o benefício.

Pedido extrajudicial

Após a proibição, a Defensoria Pública foi procurada por pescadores da região, solicitando mudanças no Decreto Estadual nº 60.133/2014 para possibilitar a captura ordenada das espécies. O pleito recebeu apoio do Conselho Consultivo da APA-CIP, que é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e considerou não haver danos ambientais ao manguezal provocados pela atividade tradicional.

O pedido por mudanças foi feito via ofício à SMA pelos Defensores Públicos Andrew Toshio Hayama, que atua em Registro, e Vanessa Alves Vieira, Coordenadora do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito. Eles solicitaram a suspensão da proibição da captura do caranguejo e do pitu na região; a exclusão das espécies entre as ameaçadas de extinção e sua reclassificação como aquelas que necessitam de diretrizes de gestão e ordenamento pesqueiro para conservação; e, em caso de inviabilidade da reclassificação, ao menos a autorização para exploração das espécies, por meio de resolução da SMA.

Entre outros argumentos, o pedido apontou a existência de laudo técnico que questiona a inclusão das espécies entre as ameaçadas no litoral sul paulista e propõe sua reclassificação, elaborado pela Câmara Temática de Pesca do Conselho Gestor da APA-CIP; assim como de regulamentação normativa federal sobre a captura do caranguejo-uçá, por meio das Portarias nº 52 e 53, de 2003, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em resposta, o governo estadual editou o Decreto nº 61.026/2014, seguido da Resolução nº 2/2015 da SMA, que estabelece condições excepcionais para a pesca do caranguejo. A SMA informou que a reclassificação solicitada está em andamento com prazo de urgência, mas que os estudos para isso podem levar certo tempo, daí a opção por aplicar soluções de curto prazo. Outra ação em andamento é o estímulo a projetos de povoamento das espécies. A Pasta informou também que, como a questão relativa ao pitu não era tão urgente quanto a do caranguejo, a resolução relativa à espécie ainda não foi publicada, mas já está sendo encaminhada.



AGU garante segurança jurídica de obras do setor elétrico avaliadas em R\$ 107 bilhões

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 20.02.2015

Um dos maiores desafios à ampliação do fornecimento de energia elétrica às famílias e empresas brasileiras é evitar as paralisações causadas pelas ações ajuizadas contra as obras do setor. A Advocacia-Geral da União (AGU) é a responsável por fornecer a segurança jurídica necessária para esses investimentos, avaliados em pelo menos R\$ 107 bilhões.

Os valores são ainda maiores, já que as obras que estão sendo feitas por meio do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) ainda não tiveram orçamento divulgado. O modelo prioriza a publicação das cifras após a apresentação de propostas das empresas para evitar que os preços sejam aumentados artificialmente.

Segundo dados da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da AGU responsável por representar as autarquias e fundações públicas federais, 54 obras do setor elétrico, todas elas parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já foram questionadas em 205 ações principais. No levantamento, 80% (165 das 205) das ações ajuizadas são contra hidrelétricas.

No total, foram 524 medidas judiciais, incluindo 83 liminares que paralisaram os trabalhos em algum momento. Dessas medidas, 284 ainda estão em tramitação, enquanto 240 já foram arquivadas.

A atuação da PGF foi fundamental para que, atualmente, não exista nenhum impedimento judicial ao andamento dos empreendimentos, que vão desde usinas de geração até linhas de transmissão. Segundo a procuradoria, a maioria das liminares suspendendo as obras são derrubadas em poucos dias.

“Os resultados são absolutamente expressivos. Apesar da fortíssima judicialização do tema, da alta complexidade do assunto e da capilaridade das discussões, não há, no momento, uma única obra do setor elétrico do PAC suspensa ou paralisada por decisão judicial”, destaca o Procurador-Geral Federal em exercício, Renato Rodrigues Vieira.

Questionamentos

De acordo com a PGF, o Ministério Público Federal (MPF) é o maior responsável por acionar a Justiça. O principal questionamento envolve a concessão e o cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental. Outro motivo frequente para impugnação judicial está relacionado à Convenção OIT nº 169, que prevê a consulta de populações indígenas e povos tradicionais das áreas impactadas.

CONT.



Também merecem destaque as ações com base no artigo 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal. A norma dispõe sobre a necessidade de autorização do Congresso para o "aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos", que estejam em terras indígenas.

Em regra, os procuradores federais defendem a regularidade e legalidade dos processos de licenciamento ambiental, bem como as competências dos entes públicos envolvidos. Demonstram, ainda, a importância dos empreendimentos – que, além de gerar direta e indiretamente vários empregos em todo o país, são fundamentais para o desenvolvimento e o abastecimento energético do país – e os riscos e prejuízos que uma liminar podem gerar.

"A atuação exitosa da Advocacia-Geral para garantir a viabilidade e a segurança jurídica dos grandes projetos de infraestrutura nacionais decorre da atuação eficiente, articulada e coordenada de todos os membros e unidades da AGU, desde o monitoramento do ajuizamento de novas ações até o acompanhamento dos processos judiciais em todas as etapas recursais", ressalta Vieira.

Assessoria de comunicação.



Ribeirinhos recebem atendimento
SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 20.02.2015

Da Assessoria

Com a expectativa de atender cinco mil pessoas, começou na manhã desta quinta-feira (19 de fevereiro), no Município de Barão de Melgaço (113 km ao sul de Cuiabá), o Projeto Ribeirinho Cidadão. Realizado há oito anos pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Defensoria Pública do Estado e demais parceiros, a caravana descerá o rio Cuiabá durante 10 dias levando uma série de serviços a 26 comunidades que residem entre os municípios de Barão e Poconé.

"Muitos ribeirinhos só puderam ser chamados de cidadãos após a passagem desta caravana, que há oito anos vem proporcionando o mínimo de dignidade a estas pessoas. O projeto não é apenas uma oportunidade destes moradores retirarem documentos, mas também de receberem atendimento médico e terem acesso a serviços jurídicos", destacou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo da Cunha, que participou da abertura do projeto. Paulo da Cunha agradeceu a todos os parceiros. "Sem eles esta caravana não seria possível", afirmou.

Nesta oitava edição a Receita Federal passou a integrar ao projeto com a doação de cinco mil peças de roupas, que serão trocadas pelos ribeirinhos por lixo coletado ao longo das margens do rio. "Considero um projeto corajoso. É uma grande oportunidade de a Receita atender este público, que fica sempre tão distante de tudo. É uma satisfação muito grande em poder somar", afirmou a delegada da Receita Federal Marcela Rizzi.

O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral (TRT-MT) Edson Bueno Souza também destacou a importância deste projeto e da parceria, que é realizada pelo terceiro ano consecutivo. Desta vez o TRT fez a doação de 15 computadores para o projeto. O defensor-público geral do Estado, Djalma Sabo Mendes, enalteceu a parceria com o Tribunal de Justiça e frisou que o papel do servidor público é levar bem-estar à população. atendimentos – Desde as cinco horas da manhã uma fila de moradores de Barão e comunidades vizinhas começou a se formar na barranca do Rio Cuiabá, onde duas chalanas com médicos, enfermeiros, dentistas, oftalmologistas, juízes, defensores, entre outros profissionais, prestaram atendimento desde as 11 horas da manhã.

Hoje o atendimento começa às 7 horas na comunidade de Cuiabá Mirim, que compreende também as comunidades de Conchas, Porto Emiliano e Curutuba. Os serviços serão oferecidos até as 11h30. Logo em seguida a equipe que compõe o projeto vai para São Pedro de Joselândia.

Amanhã, das 7 às 18 horas, serão atendidas as comunidades de Retiro São Bento, Pimenteira, Lagoa do Algodão, Porto da Fazenda, Correr d'água, Porto do Limoeiro e São Pedro. (TJMT)



Após aumento de chuvas em fevereiro, Embrapa Pantanal emite alerta para regiões ribeirinhas

SÍTIO CAPITAL NEWS, 20.02.2015

O grande volume de chuvas registrado desde o início do mês de Fevereiro nas cabeceiras e afluentes dos rios Paraguai e Cuiabá, fizeram a Embrapa Pantanal emitir uma nota de alerta para populações ribeirinhas que vivem nessas regiões, recomendando cautela e atenção para o avanço dos níveis de medição. De acordo com o pesquisador Carlos Roberto Padovani, um dos afluentes do rio Paraguai, por exemplo, o rio dos Bugres, registrou um pico de 4,13 metros no último dia 13, marcando um aumento de 2,80 metros em relação ao nível registrado no dia 04 (que foi de 1,33 metros).

Segundo o retrospecto, o que ocorre nesses casos, é que a frente de cheia influenciada pelas chuvas se propaga pelo rio Paraguai. Em Bela Vista do Norte, por exemplo, o nível do rio deve aumentar em pelo menos um metro em relação ao nível registrado no dia 16 deste mês, passando de 3,95 metros para de 4,5 a 5 metros na metade de março.

"NOTA INFORMATIVA

16 de fevereiro de 2015, 20:55 horas

Fevereiro chegou com mais chuvas que janeiro, caracterizado por temporais na bacia do alto Paraguai-Pantanal, tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul. Caíram fortes chuvas de até 150 mm entre os dias 05 e 06 deste mês sobre a bacia do rio dos Bugres, afluente do rio Paraguai na região das suas cabeceiras no planalto (veja o álbum de chuvas fortes na Geohidro-Pantanal). Depois do nível de 1,33 metros registrado no dia 04, o rio dos Bugres teve um pico de 4,13 metros no dia 13, na estação de Barra dos Bugres – um aumento de 2,80 metros em 9 dias.

Esse aumento já está causando a subida do nível do rio Paraguai em Cáceres, que pode chegar a um pico de 1 a 2 metros acima do nível registrado no último dia 16, de 3,44 metros, podendo chegar em torno de 4,5 a 5,5 metros nos próximos 10 a 15 dias.

Como consequência, essa frente de cheia vai se propagar pelo rio Paraguai abaixo, podendo fazer com que o nível do rio Paraguai em Bela Vista do Norte aumente em pelo menos 1 metro acima do nível registrado no dia 16, de 3,95 metros, podendo chegar em torno de 4,5 a 5 metros na metade de março (valor similar ao da previsão do Serviço Geológico do Brasil - CPRM).

Atenção aos ribeirinhos para a continuidade das chuvas fortes, especialmente nas bacias das cabeceiras do rio Paraguai e Cuiabá. O rio Cuiabá em Cuiabá se encontra com níveis baixos se comparado aos últimos 4 anos. Porém, na estação de Porto Alegre, no Pantanal, este se encontra acima da cota de permanência de 50% devido às fortes chuvas que caíram na região do Paiaguás entre 23 e 26 de julho de 2014.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32/2015

Brasília, 23 de fevereiro de 2015.

No Pantanal do MS, caíram fortes chuvas de até 270 mm entre os dias 05 e 07 de fevereiro na região do Miranda, Aquidauana, rio Negro, Abobral, rio Vermelho, baixa Nhecolândia, norte do Nabileque e rio Paraguai na região de Corumbá. Essas regiões, que estavam relativamente bem drenadas, receberam uma carga de chuva, favorecendo uma situação preocupante com relação à frente de cheia que virá do norte da bacia."

Fonte: Erik Silva - Capital News.

Conflito entre pescadores por território pesqueiro na Pedra do Sal
SÍTIO PROPARNÁIBA, 20.02.2015



Com a chegada do período chuvoso no estado do Piauí, vem os conflitos entre pescadores artesanais e pescadores proprietários de barcos pesqueiros na região da praia da Pedra do Sal, em Parnaíba. O período de chuva corresponde ao período de grande abundância de camarão, e dessa forma, se tem início o período de pesca desse crustáceo.

A pesca do camarão é realizada por meio de redes de arrasto, que corresponde a uma modalidade de pesca predatória, onde uma grande e pesada rede é arrastada no fundo do oceano para recolher sem distinção, aquilo que estiver em seu caminho. As espécies não-alvo capturadas nessa prática são descartadas; cerca de apenas um décimo interessa aos pescadores.

Nesse tipo de pesca, grandes quantidades de peixes de espécies de interesse dos pescadores artesanais são mortas, devido à captura e posterior descarte ou por mutilação e ferimentos ocasionados pela rede e ferramentas do arrasto. Além disso, muito material fica em suspensão no mar, após a passagem do barco, devido ao movimento de substrato que é realizado pelas redes de arrasto. Esses sedimentos em suspensão promovem o bloqueio de luminosidade na água e a morte de espécies pelo excesso desses materiais.

CONT.



Nesse período, que vai de fevereiro a setembro, é possível avistar de 20 a 200 barcos arrastando em diferentes pontos pesqueiros, ao longo da costa piauiense. As embarcações arrastam durante 14 horas ininterruptas, com intervalos de 30 minutos, de acordo com o primeiro arrasto. Os barcos desenvolvem a prática em uma área a menos de 1 milha náutica e provocam destruição de pontos pesqueiros, cascalhos, espécies imaturas, ameaçadas de extinção, entre outras.

Isso se configura como crime ambiental, pois a Portaria do IBAMA nº 121 –N/92 proíbe o emprego de qualquer tipo de rede de arrasto, de qualquer modalidade, quer com tração manual, mecânica ou à vela, na pesca a menos de 3 (três) milhas da costa do Estado do Piauí, na área compreendida entre as longitudes de 41°20' W e 41°30' W.

Segundo pescadores da Pedra do Sal, em um ponto de pesca chamado Barros era possível avistar e pescar, quando permitido, muitos indivíduos de meros (*Epinephelus itajara*) juvenis, uma espécie que atualmente é protegida por lei, devido sua situação crítica no risco de extinção. Hoje, devido a prática de arrastos no local, o ponto foi destruído e não se observa mais esse animal.

O fluxo de embarcações e a disputa por territórios promovem ameaças aos pescadores artesanais locais, que sofrem acidentes e são desrespeitados pelos tripulantes das embarcações. Os pescadores da região citam casos em que a pesca de arrasto destrói os materiais de pesca dos pescadores artesanais instalados em alto mar.

A quantidade de embarcações varia de acordo com a maré, o que também influencia na quantidade de camarão capturada. No primeiro arrasto, a quantidade de camarão é grande e eles são separados rapidamente de todo o resto do que foi pego: camarões menores, peixes grandes e pequenos. Quando a quantidade de camarão é pouca, os peixes grandes são aproveitados, os pequenos que ainda não alcançaram maturação sexual são descartados.

Ascom.

Edição: Proparnaiba.com.

Avenida Surubim será asfaltada nesta terça-feira

SÍTIO MEIONORTE.COM, 21.02.2015



Uma das notícias mais aguardadas dos últimos dias pela população campomaiorense é anunciada pela Gerência de Obras da Prefeitura de Campo Maior. A Avenida Surubim receberá pavimentação asfáltica nesta terça-feira (24). A construção da avenida faz parte da obra de drenagem do Rio Surubim, que consiste ainda na construção de um dique e da bacia de contenção. O objetivo principal desse complexo é afastar o perigo de inundação das áreas ribeirinhas.

O gerente de Obras de Campo Maior, Dibes Ibiapina, disse que a construtora responsável pela obra já concluiu a sedimentação da terraplanagem ao longo da avenida e agora será colocado o asfalto. "São mil metros que funcionará como uma parede para evitar alagamentos em áreas perto do Rio Surubim", comentou Dibes.

Movimento 'compartilha' roupas arrecadadas em comunidade Quilombola
SÍTIO MS NOTÍCIAS, 21.02.2015



Foi numa casa, da comunidade Tia Eva, que aconteceu a entrega de roupas do "1º Movimento Roupas para Todos", projeto que surgiu para 'compartilhar' com quem precisa. Foram arrecadadas 2.100 peças de roupas, entre calçados e até mesmo bolsas voltadas para cerca de 30 famílias da região.

O idealizador do movimento é o advogado e psicólogo, Leandro de Moura Ribeiro, que se sentiu sensibilizado a fazer o projeto quando se deparou com seu guarda-roupa com peças que nunca usou e que jamais iria usar. "Era um egoísmo meu. E estamos atendendo a essa entidade Quilombola a pedido de um morador daqui, dizendo que se sentiam marginalizados", disse Leandro ao MS Notícias.

Leandro ressaltou ainda que, o movimento conta com ajuda de voluntários, e nesta primeira ação contou com ajuda direta de 30 pessoas. A jornalista Vânia Galceran é uma das voluntárias que está participando da ação. "Tinha desejo de ajudar e hoje estou aqui", disse sorridente a jornalista.

CONT.



O diferencial do projeto é que as pessoas podem escolher as peças de roupas, que ficam num 'varal-vitrine', que querem levar para casa. "Aqui não usamos a palavra doação, mas sim compartilhar, pois não queremos que quem está sendo beneficiado se sinta inferior", frisou o idealizador.

Uma das moradoras do bairro que levou peças de roupas foi a Amélia Rosa Pereira, 59 anos. "Escolhi as peças que queria e gostei muito das roupas. Estou muito agradecida", disse a moradora.

A segunda edição do Movimento deve acontecer em março, no dia 28, e a entidade beneficiada vai ser a Afrangel (Lar das Crianças com HIV/Aids) de Campo Grande. As crianças e as famílias vão receber peças de roupas, além de valores em dinheiro que poderão ser repassados por quem quiser colaborar com a entidade.

O projeto tem página na rede social Facebook como "Movimento Roupas Para Todos", e quem se sensibilizar e quiser ajudar, pode curtir a página e entrar em contato com os organizadores.

Família vítima de Incêndio – O atendente de lanchonete, Jhonatan Guilherme Messias, 18 anos, e toda família dele (pai, mãe, dois irmãos e um tio que sofre de doença mental), ficaram somente com a roupa do corpo, após um incêndio destruir a casa em que eles moravam, com seis cômodos, no Jardim Seminário 2 próximo a Comunidade Tia Eva.

Para ajudar de forma especial a família do Jhonatan, um kit foi separado para que os familiares do rapaz, vítimas do incêndio, não ficassem desamparados e várias peças de roupas foram entregues a eles. "Roupa minha mesmo sobrou só bermuda, camiseta e este chinelo que estou usando. Esse projeto está beneficiando a todos e vai ajudar bastante a gente também", comentou o atendente de lanchonete.

Comunidade Quilombola da Barra de Aroeira realiza eleição dia 22 de fevereiro
SÍTIO SURGIU.COM, 21.02.2015



A Comunidade Quilombola da Barra de Aroeira realiza no domingo 22 de fevereiro, das 13 as 17 h, eleição para presidente da associação para o biênio 2015/2016.

Dois candidatos disputam a eleição, sendo a chapa 1: Presidente - Domingos Rodrigues da Silva e Vice-presidente - Leonardo Rodrigues da Conceição; e chapa 2: presidente - Evercino Dias Rodrigues e Vice-presidente Elzivânia Maria Rodrigues, os quais têm a missão de buscar melhorias para a referida comunidade.

De acordo com a atual presidente Isabel Rodrigues, cerca de 200 pessoas estão aptas a votarem neste domingo, e o resultado sai no mesmo dia, sendo que a posse ocorrerá no dia 8 de março.

A Comunidade

Para discutir os principais problemas enfrentados e buscar melhorias para a comunidade, os associados se reúnem mensalmente.

A última reunião ocorreu dia 8, momento em que, além das discussões referentes ao local, os quilombolas: bacharel em Direito, Domingo Rodrigues e a jornalista Íris Silva esclareceram dúvidas da comunidade sobre diversos assuntos.

A próxima reunião ocorre dia 08 de março, com a posse do presidente que vencer o pleito no domingo.

Após alagamento, moradores temem nova cheia no Rio Pirarara, em RO

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 21.02.2015

Famílias atingidas retornaram para casas em Cacoal. Secretário da Sema diz que o risco de novas cheias existe.



Sema realiza o monitoramento do Rio Pirarara na ponte da avenida Arthur Costa e Silva
(Foto: Magda Oliveira/G1)

O mato amassado no entorno do Rio Pirarara e Córrego Salgadinho em Cacoal (RO), a cerca de 480 quilômetros de Porto Velho, é uma das lembranças do alagamento da última quarta-feira (18). Os moradores atingidos, que já retornaram para as casas, ainda tem trabalho para realizar a limpeza das residências e torcem para que novos alagamentos não ocorram. Cerca de 30 famílias tiveram que ser retiradas. De acordo com o secretário municipal de Meio Ambiente (Sema), José Aparecido Limeira, o risco de novas cheias existe.

Dona Laudicéia Souza Brum, de 53 anos, é comerciante e enfrentou a cheia de quarta-feira. Em meio à água barrenta uma serpente tentou entrar em sua casa alagada, só não conseguiu, pois o filho a capturou antes e a entregou aos bombeiros.

Ela precisou fazer uma limpeza no estabelecimento que é proprietária. "Estou aqui limpando

CONT.



meu bar e minha casa, mas com medo de que haja uma nova enchente. Eu gostaria muito de sair daqui, mas não tenho para onde ir. No momento da cheia eu saio de casa, mas quando a água baixa eu tenho que voltar, pois não tenho para onde ir", lamenta dona Laudicéia.

Durante o período de cheia nos rios, o Corpo de Bombeiros do município recebeu em média seis chamados, o mais grave foi de um motoqueiro que tentou atravessar a ponte alagada e a moto quase foi levada pela correnteza. "Quando chegamos ao local, os populares já haviam ajudado o motoqueiro que, por imprudência, foi atravessar a ponte alagada. Ele estava de moto com um semirreboque e, com a força da água, a carretinha puxou a moto para dentro do rio", conta o capitão do Corpo de Bombeiros Alan Fabrício, afirmando que no fim conseguiram retirar o veículo e o motoqueiro da água.

O capitão orienta aos ribeirinhos que no momento de cheia evitem o contato com a água. "É importante que as pessoas fiquem alertas e no primeiro sinal de cheia saiam de suas residências, pois o contato com a água suja além de provocar doenças, ainda pode trazer animais peçonhentos perigosos", orienta Fabrício.

Na tarde de quarta, os rios já haviam baixado, porém a Sema continua realizando monitoramento. Na quinta-feira a medição mostrou que os rios ainda estavam cerca de 40 centímetros acima do seu nível normal, que é de 1,50 metro. "Estão baixos, mas não tem como fazer previsão. É certo que há riscos de novas cheias, mas não podemos prever as reações climáticas", diz o secretário Limeira.

Autor: G1 RO.

Fonte: G1 RO.

Obras portuárias e impactos sociais no Tapajós: interesses econômicos e a obscuridade de informações

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 21.02.2015



“O novo ‘ciclo’ – que tem como ‘abre-alas’ o Complexo Hidrelétrico do Tapajós – é marcado por uma série de empreendimentos de infra-estrutura que objetivam viabilizar, por exemplo, o avanço dos campos de soja e a aceleração da exploração mineral. O projeto cria estrutura para que as áreas hoje trabalhadas na base da agricultura familiar sejam substituídas pela monocultura de soja”. O comentário é de Pedro Martins, assessor jurídico da Terra de Direitos, em artigo publicado pelo portal da Terra de Direitos. Eis o artigo

IHU On-Line

As frentes de expansão capitalista tornaram o Rio Tapajós, no Oeste do Estado do Pará, constante alvo de projetos de desenvolvimento que visam alterar drasticamente a paisagem local, as relações econômicas e sociais, e as formas de trabalho sobre a natureza. Após intensa extração mineral e madeireira que deixou e ainda deixa resíduos químicos e sociais ao longo do leito do Tapajós, vislumbram-se no horizonte das ondas de expansão capitalista novos e mais fortes investimentos empresariais na região.

As relações entre “patrão” e “peão”, a pistolagem, grilagem e a apropriação violenta dos

CONT.



recursos naturais, apesar de antigas, são ainda presentes e convivem com a modernidade dos grandes projetos do Oeste do Pará. Segundo a Comissão Pastoral da Terra da BR-163, em 2014 foram resgatados 11 trabalhadores escravos no município de Rurópolis, local estratégico para os novos investimentos empresariais. É nesse cenário, aparentemente contraditório, onde ainda resiste parcela significativa do campesinato amazônico, povos e comunidades tradicionais e aldeias indígenas, que as relações de opressão, sejam elas antigas ou recentes, se reproduzem.

O novo "ciclo" – que tem como "abre-alas" o Complexo Hidrelétrico do Tapajós – é marcado por uma série de empreendimentos de infra-estrutura que objetivam viabilizar, por exemplo, o avanço dos campos de soja e a aceleração da exploração mineral.

Etapas de consolidação de portos (Terminais de Uso Privado – TUP's e Estações de Transbordo de Cargas – ETC's) estão sendo realizadas antes da ocorrência do leilão das obras de barragem do Rio Tapajós, previsto para o segundo semestre de 2015. Pouco discutidas, essas obras trazem consigo uma promessa de mudanças – muitas delas negativas – que está cercada pela obscuridade provocada pela falta de informações disponíveis.

A "saída Norte", como vem sendo chamada pelos agronegociadores, deverá diminuir pela metade o custo de escoamento de grãos, em especial a soja, que dá atualmente apenas por portos localizados na região Sul e Sudeste. Tal fato atrai empresas que a todo custo tentarão prover lucros.

Por isso, relatórios técnicos como os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs), necessários para a construção dos empreendimentos na região, não demonstram os reais prejuízos acarretados por tais obras.

Exemplo disso é o licenciamento ambiental das estações de transbordos de megaempresas (como Transportes Bertonili Ltda, Odebrecht Transport e Companhia Norte de Navegação e Portos – Cianport) entre os municípios de Rurópolis e Itaituba, que está na etapa de entrega do EIA à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS. Os impactos sociais são minorados nos estudos, haja vista, que poderá ocorrer a tragédia social tal como em Belo Monte (a região apresenta altos índices de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes).

Situação semelhante pode ser vista no projeto Estação de Transbordo de Cargas Santarenzinho, cujo EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA foram protocolados (sob o nº 32473/2014) em 7 de outubro de 2014, na antiga SEMA.

A obra, que será localizado no município de Rurópolis, é de interesse da empresa Odebrecht Transport S.A. O Estudo de Impacto Ambiental das estações locais foi elaborado pela empresa de consultoria Ambientare, gerenciada por Felipe Fleury.

A área de instalação dos terminais e estações segue a ordem já estabelecida dos Portos hoje

CONT.



em funcionamento das empresas Cargill, Bunge, Cianport, Chibatão, Unirios e Hidrovias do Brasil, no chamado distrito de Miritituba, município de Itaituba.

Só o empreendimento da Hidrovias do Brasil prevê o escoamento de 1 milhão de toneladas de grãos por ano, a partir de 2017. Com isso, cria estrutura para que as áreas hoje trabalhadas na base da agricultura familiar sejam substituídas pela monocultura de soja.



Antes do Rio/2016, os povos indígenas terão sua olimpíada

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 21.02.2015

São Paulo - Provas de natação realizadas no rio em vez de piscina; o atletismo disputado em pista de terra em vez de piso emborrachado; o equipamento do arco e flecha é rústico, tradicional. E o ponto alto da competição é a corrida de tora. Enquanto espera pelos Jogos do Rio, em 2016, o Brasil receberá, de 18 a 27 de setembro deste ano, uma olimpíada curiosa e interessante: os Jogos Mundiais Indígenas, que acontecerão na cidade de Palmas, capital do Tocantins.

Será a primeira edição dos Jogos, que reunirão representantes de 30 países e cerca de 2.200 atletas. O Brasil terá 24 etnias na disputa. Por enquanto, estão asseguradas provas em 11 modalidades - tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de velocidade rústica (100 m), canoagem rústica tradicional, corrida de tora, lutas corporais, xikunahati (espécie de futebol em que o toque na bola só pode ser dado com a cabeça), futebol, atletismo e natação (travessia) -, mas o Congresso Técnico a ser realizado em abril ou maio poderá aumentar o número de categorias.

O Brasil já realizou 12 edições dos Jogos dos Povos Indígenas e a última delas, em 2013 em Cuiabá, teve a participação de alguns representantes estrangeiros. Foi então que nasceu a ideia de fazer os Jogos Mundiais. Algumas cidades se candidataram a receber a competição e, das três finalistas (Belém, Marabá e Palmas) a capital do Tocantins foi escolhida.

A escolha ocorreu em agosto do ano passado e no momento existe um corre-corre para deixar a sede pronta para receber os jogos. Entre outras obras, está sendo construída uma área para esportes aquáticos (onde ocorrerão as provas de canoagem) que terá uma piscina olímpica como legado, o estádio Nilton Santos (para 12 mil pessoas) passa por um processo de recuperação e uma grande arena para o atletismo e outras modalidades está sendo erguida.

"Para uma cidade jovem (completou 25 anos em 2014) e com 300 mil habitantes, é um megaevento", disse o secretário extraordinário dos Jogos Indígenas, Hector Franco. A secretaria foi criada especificamente para o evento, que tem a frase "em 2015, todos somos indígenas" como slogan.

Palmas calcula investir entre R\$ 60 milhões e R\$ 70 milhões para organizar os Jogos, com equipamentos para competições, obras de mobilidade e a construção da sua "vila olímpica" (chamada de Aldeia Global). Erguida sob as águas do lado de Palmas, a vila terá 22 ocas, dispostas de forma circular. Lá ficarão as tribos brasileiras.

"A cidade precisa dar alguns saltos de desenvolvimento e os Jogos são uma oportunidade para isso. Toda a exposição do potencial turístico e econômico para atrair investimentos compensa",

CONT.



justifica Franco. Ele ressalta, porém, que Palmas está procurando parceiros privados para ajudar a pagar a conta.

As despesas de custeio - transporte das delegações, inclusive as estrangeiras, hospedagem e alimentação - ficarão por conta do Ministério do Esporte. O custo é calculado em pouco mais de R\$ 8 milhões.

Entre as delegações estrangeiras, virão ao Brasil tribos de vários países das Américas, além de representantes da Austrália, Japão, Rússia (região da Sibéria), Filipinas, Noruega e China. "O conceito é amplo, abrange populações autóctones (povos de determinada região que conservam costumes, cultura e várias características desde sua origem). Damos importância à preservação da cultura ancestral", explica o secretário Franco.

O aspecto cultural, aliás, tem importância igual ou até maior que as competições. Uma das propostas dos Jogos Mundiais é justamente a divulgação da cultura de cada povo, por meio de atividades como exposições, feiras, shows e seminários.

Dentro deste contexto, nos três dias que antecederão o início das disputas, todas as delegações participarão de uma programação extensa pelos pontos turísticos de Palmas. O objetivo é "socializar, ambientar e integrar" os atletas. Haverá também uma feira internacional de artesanato e um festival gastronômico. As atividades culturais continuarão a ser realizadas durante os Jogos.

Também será dado destaque às exibições esportivas que caracterizem e identifiquem determinada etnia. O México, por exemplo, vai fazer demonstrações do jogo de pelota, que teve grande importância na cultura maia e que ainda é bastante praticado, numa versão moderna, pelas tribos do país.

A programação dos Jogos Mundiais Indígenas ainda não está totalmente fechada, mas já é certo que a última prova será uma corrida de 10 quilômetros, que será composta por três pelotões: dos indígenas, dos não indígenas e um outro com populares que competirão fantasiados. O objetivo é que o encerramento dos Jogos seja marcado pela integração entre todos os povos.

Conflito entre indígenas termina com homem morto em Erebang, RS

SÍTIO GLOBO.COM, 21.02.2015

Grupos rivais trocaram tiros na Reserva de Ventarra, diz polícia.

Indígena de 37 anos morreu no local e outras 4 pessoas ficaram feridas.

Um indígena foi executado na Reserva de Ventarra, em Erebang, no Norte do Rio Grande do Sul. Segundo a Polícia Civil, o conflito ocorreu na noite de sexta-feira (21) e foi motivado por disputas pelo poder de liderança na reserva.



Com medo, alguns índios deixaram a reserva
(Foto: Reprodução/RBS TV)

Uma mulher que mora na aldeia e não quis se identificar contou que cinco indígenas do município de Cacique Doble, que fica a 90 quilômetros de Erebang, foram até o local durante a tarde para visitar parentes. Em seguida, começou um tiroteio entre grupos rivais.

Lourita Manuel Antônio, de 37 anos, morreu no local. Outras quatro pessoas ficaram feridas e receberam atendimento médico no Hospital São Roque, em Getúlio Vargas. Eles já foram liberados. A vítima era motorista da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde. A Polícia Federal vai investigar o caso.

Indígenas acusados de latrocínio são presos em Amambáí

SÍTIO CAPITAL NEWS, 21.02.2015

O SIG (Serviço de Investigações Gerais) da Polícia Civil de Amambáí prendeu nesta sexta-feira (21) dois indígenas acusados de terem assassinado o caminhoneiro Paulo Godoy, de 63 anos. Junto com eles, foram apreendidos quatro menores, também indígenas, que teriam participado do crime no último dia 17. A ação contou com o apoio do DIP (Departamento de Inteligência Policial) com sede em Campo Grande. Todos os seis foram autuados.



Acusados de terem assassinado caminhoneiro de Amambáí são presos pelo SIG
Foto: A Gazeta News

De acordo com informações do SIG, Paulo, que trabalhava no transporte de grãos em Amambáí, foi morto na terça-feira de carnaval enquanto estava em casa, provavelmente assistindo TV e com a porta da casa aberta, o que fazia regularmente e que pode ter facilitado a ação dos criminosos. O caminhoneiro foi morto com 12 facadas ainda no sofá e depois teve o corpo arrastado para o banheiro onde foi deixado e encontrado por vizinhos no dia seguinte. Ainda segundo a polícia, após isso, a quadrilha teria furtado dois celulares modelos simples de pequeno valor, alimentos, entre outros objetos.

Para chegar aos autores do crime, policiais do SIG começaram localizando um dos celulares da vítima, em poder de uma indígena na Aldeia Amambáí. Depois, seguindo as pistas, prenderam Valdesco Riquelme, de 23 anos, e Rodrigo Matias, de 24 anos, além da apreensão dos outros envolvidos, três garotos e uma garota com idades entre 12 e 16 anos, parte deles residentes na Aldeia Limão Verde e outra parte sem residência fixa.

Todos confessaram participação no latrocínio, mas nenhum assumiu ser o autor das facadas que mataram o caminhoneiro. Para a polícia, Paulo teria sido mordido por Valdesco que nega autoria e aponta um dos menores como responsável pelos golpes que matou Paulo que, segundo eles, teria morrido por ter respondido de maneira ríspida um dos criminosos.

Fonte: Rogério Vidmantas - De Dourados para o Capital News



Pedro Puttini Mendes*: O desarquivamento da PEC-215 ameaçando "guerra"
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 21.02.2015

Na leitura das últimas notícias do site da Câmara dos Deputados, é importante comentar sobre a questão fundiária sobre a ótica jurídica de um ordenamento que não pertence a nenhum "lado", mas a todos os brasileiros, índios e não-índios.

Fato é que a tão comentada Proposta de Emenda Constitucional nº 215/2000 (PEC 215) pretende alterar o texto do art. 231 da Carta Magna e já em excessivo prolongado trâmite com 14 anos nas casas legislativas "acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231 da Constituição Federal"; e inclui dentre as competências exclusivas do congresso nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

A sugestão textual do relator é clara e objetiva e destoa de muitas das versões publicadas na imprensa quando se fala em suposto prejuízo, perda cultural, territorial, sem falar-se em possível inconstitucionalidade.

Neste estado de Mato Grosso do Sul, após várias reuniões ocorridas entre 2013 e 2014 com prometidos prazos de solução do impasse, nada ainda foi resolvido com eficácia e vemo-nos diante de uma situação desconfortável das populações indígenas que reclamam por terras tradicionais, reivindicando territórios por métodos medievais de tomada de territórios e ofertas irrisórias a produtores ilegalmente expropriados de seus títulos, todos aguardando a mesma solução, onde a horizontalização constitucional proposta pela PEC 215/2000 poderia acelerar a solução deste impasse.

Não há que se falar apenas na defesa de interesses privados, pois o direito constitucional de propriedade está esculpido no art. 5º, XXII e correlatos, desmerecendo quaisquer ocupações ilegais sem obediência ao devido processo legal e ampla defesa, preconizados no mesmo art. 5º em seus incisos LIV e LV, muito bem lembrado pelo primeiro inciso que: "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal".

Foi instaurada uma insolúvel desordem neste território sul-mato-grossense nestes dois últimos anos quando vimo-nos reféns do descumprimento injustificado de ordens judiciais, ratificada ineficácia de atos judiciais em seu cumprimento, causando tremenda insegurança jurídica.

Sem maiores intenções protestantes para quaisquer dos "lados" que irracionalmente tenham se rotulado, afinal, todos brasileiros, não é possível compreender qual a revolta com a proposta de emenda constitucional. Na reportagem que consta no site da Câmara dos Deputados, a justificativa seria que a "PEC desrespeitaria direitos indígenas assegurados na Constituição de 1988". Quais direitos desrespeitaria? E por que?

CONT.



Na “lei dos brancos” e também de todos os brasileiros, o estado é democrático de direito e pode livremente votar alterações de lei sem quaisquer represálias ou ameaças. No preâmbulo constitucional “A República Federativa do Brasil [...] constitui-se em Estado Democrático de Direito” e tem por fundamentos o poder emanado pelo povo por meio de representantes eleitos ou diretamente.

Os mesmos direitos constitucionais que pertencem a todos os brasileiros também dizem que os poderes da União (legislativo, executivo e judiciário), são independentes e harmônicos entre si (art. 2º), então qual o medo de outorgar conjuntamente ao Legislativo um poder unilateralmente exercido pelo executivo com tamanha demora? Falsa ideia de inconstitucionalidade!

Não é possível continuar a admitir a inércia de órgãos estatais em todas as esferas, pois somente permitindo estas alterações que buscam soluções para todos é que a democracia prevalecerá, ampliando a discussão nacional sobre o assunto.

* Advogado pós-graduando com Especialização em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial e em Direito Civil.

Desmatamento cresce 169% na Amazônia Legal

SÍTIO EXAME.COM, 21.02.2015



São Paulo - Em janeiro de 2015, foram desmatados 288 km² na Amazônia Legal - aumento de 169% em relação ao mesmo mês do ano anterior, quando a devastação se estendeu por 107 km².

O monitoramento, não oficial, foi realizado pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém, no Pará.

Além dos dados sobre o corte raso, o boletim publicado pelo Imazon também incluiu números relativos à degradação florestal - áreas onde a floresta não foi inteiramente suprimida, mas foi muito explorada ou atingida por queimadas.

Em janeiro, as áreas degradadas chegaram a 389 km², um salto de 1.116% em relação ao mesmo mês de 2014, quando foram registrados 32 km². Segundo o boletim, toda a degradação florestal detectada em 2015 aconteceu em Mato Grosso.

Desta vez, o território monitorado pelo Imazon foi maior que no ano passado. Em janeiro de 2015, 50% da floresta estava encoberta por nuvens e, portanto, fora do alcance dos satélites. Já em janeiro de 2014, as nuvens cobriam 58% da Amazônia Legal.

CONT.



O boletim destaca, no entanto, que em 2015 a cobertura se concentrou sobre regiões importantes (como Pará e Amazonas), o que reduziu a capacidade de detecção. "Em virtude disso, os dados de desmatamento e degradação florestal em janeiro de 2015 podem estar subestimados", diz o relatório.

Os Estados que mais sofreram com o desmatamento foram Mato Grosso (75%) e o Pará (20%), seguidos por Rondônia (2%), Amazonas, Tocantins e Roraima, todos com 1%.

Os municípios mais devastados da Amazônia foram Feliz Natal (MT), com 19,3 km², Altamira (PA), com 16,8 km², Rondon do Pará (PA), com 15,8 km², e Porto dos Gaúchos (MT), com 15,3 km². Dos dez municípios mais devastados, oito estão em Mato Grosso.

Segundo o boletim, 80% da devastação registrada aconteceu em áreas privadas. O restante se distribuiu por assentamentos de reforma agrária (12%), unidades de conservação (7%) e terras indígenas (1%).

O desmatamento acumulado entre agosto de 2014 e janeiro de 2015 - período que corresponde aos seis primeiros meses do calendário oficial de medição da devastação - chegou a 1.660 km². O aumento foi de 213% em relação ao período anterior, quando o desmatamento acumulado somou 513 km².

Diferentes

O SAD utiliza imagens dos mesmos sensor e satélite empregados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que fornece ao governo federal as informações sobre as novas áreas de desmatamento na Amazônia. No entanto, as metodologias utilizadas pelo Inpe e pelo Imazon são distintas.

Os últimos dados do Deter foram relativos a agosto, setembro e outubro de 2014, indicando aumento do desmatamento de 117% em relação ao mesmo período em 2013. Os dados do SAD para o mesmo trimestre de 2014 mostraram alta de 227% em relação ao ano anterior.

Além do Deter, que monitora o desmatamento em tempo real, o Inpe opera o sistema Degrad, que mapeia áreas expostas à degradação florestal, e o sistema Prodes, que tem resolução maior e fornece ao governo taxas anuais oficiais de desmatamento da Amazônia Legal.



Milícia sequestra e tortura jovem Kaiowá em Navirai

SÍTIO CAPITAL NEWS, 21.02.2015

Denúncia protocolada junto ao Ministério Público Federal (MPF), na manhã do último dia 7, aponta que um jovem Kaiowá de 17 anos foi sequestrado por um grupo armado, nas imediações de Navirai (MS), e submetido a sessões de tortura – espancamentos e pressão psicológica. O indígena vive em acampamentos que compõem a Terra Indígena Santiago Kue, localizados às margens da BR-163, trecho que liga as cidades de Juti e Navirai.

Segundo o relato que acompanha a denúncia, o relógio marcava 11 horas da manhã quando o jovem Kaiowá voltava da cidade de Navirai, caminhando ao longo da BR-163, após a jornada cotidiana de trabalho. Quando passava pelo trecho que fica em frente a uma fazenda próxima ao posto da Polícia Rodoviária Federal, foi abordado violentamente por um grupo armado constituído de aproximadamente 20 homens, que estavam em um comboio composto por duas caminhonetes Hilux, uma preta e uma branca, quatro carros populares e mais duas motos.

Com os veículos, de acordo com o site de notícias Dourados Agora, rapidamente os jagunços cercaram o jovem, que ficou sem nenhum poder de reação ou possibilidade de fuga. Eles lhe mostraram as armas, que portavam na cintura. O jovem foi levado por cerca de um quilômetro para dentro das terras pertencentes à fazenda Central. Atrás de uma pequena picada de mato, com acesso a uma barragem, o grupo estacionou. Os jagunços fotografaram o rosto do indígena e passaram a lhe indagar a respeito do nome e aparência das lideranças da aldeia Kurupi.

Sob terror e tensão, o jovem Kaiowá apenas afirmava que não pertencia a referida comunidade. Era o que conseguia dizer. Os jagunços passaram a espancá-lo e apontaram contra ele o cano das armas, mandando por mais de uma vez que se ajoelhasse para ser executado. De tempo em tempo, apontavam para a barragem dizendo ao indígena que o atariam às pedras e assistiriam a seu afogamento. A violência era para o Kaiowá “cooperasse”. O martírio durou mais de seis horas. Após muitas outras juras de morte, incluindo as lideranças Kaiowá da região, o jovem foi deixado no local. O bando fugiu.

Jagunços monitoram e atacam

O histórico de violência contra as aldeias do entorno de Navirai evidencia que o atentado não foi por acaso, e nem se tratou de uma ação isolada. Tudo indica que existe de fato um grupo que há tempos está constituído como uma milícia armada e que tem rondado a região para impedir o avanço dos indígenas na retomada de seu território tradicional.

Segundo indígenas, que pedem para não serem identificados, os jagunços têm realizado um

CONT.



forte cerco intencional sobre as comunidades. Observam em piquetes na estrada, sobretudo próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal, a movimentação em toda a região. Do monitoramento resultam tais ações criminosas. Os indígenas afirmam que os jagunços sondam cotidianamente todos os integrantes da aldeia e dos acampamentos que ficam no entorno daquela área. Monitoram e investem contra os indígenas. A comunidade de Kurupi há tempos vem denunciando, sem efeito, os atentados sofridos. Em outubro do ano passado, houve a tentativa de sequestro de um indígena cadeirante por parte dos jagunços.

A região apresenta diversos casos de ataques e inclusive torturas realizadas contra indivíduos e comunidades indígenas. Os Kaiowá denunciaram estes fatos e ao mesmo tempo solicitaram que as autoridades solicitassem a força policial para fazer ronda no local. O intuito é garantir um pouco de segurança para as comunidades. Nada foi feito até o momento.

Fonte: Taciane Peres - Capital News



Governo federal garante posse de terras a ribeirinhos no Amazonas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.02.2015

Equipe da SPU irá percorrer as comunidades para viabilizar o acesso à documentação. A entrega acontece até este sábado (21)

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) efetiva a titulação de terras de 118 famílias que moram às margens do rio Solimões, no município de Tefé (AM). O documento é emitido pela SPU por meio do projeto "Nossa Várzea: Cidadania e Sustentabilidade na Amazônia" e se aplica, nesse caso, a famílias de seis comunidades tradicionais que vivem e trabalham em áreas de várzea às margens esquerda e direita do rio Solimões. Em sua maioria vivem da agricultura.

As famílias podem retirar a documentação na sede do município. No entanto, muitas têm dificuldades de deslocamento. Assim, equipe da SPU irá percorrer essas comunidades para viabilizar o acesso à documentação. A entrega acontece até este sábado (21).

A partir de agora essas famílias têm um documento oficial expedido pelo governo federal legitimando a posse de suas terras, com o qual poderão requerer benefícios legais junto ao INSS (aposentadoria, auxílio maternidade, etc), além de um comprovante legítimo de endereço.

O título de posse das áreas também possibilita o acesso a linhas de créditos e a diversos programas sociais do governo federal, como Luz para Todos e Bolsa Família.

A secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, ressalta que o apoio a essas famílias contribui, inclusive, à preservação ambiental. "Além de garantir o legítimo direito à documentação, estamos melhorando as condições dessas famílias de permanecer na terra e, assim, preservar o seu ambiente por meio do extrativismo sustentável", disse.

Autorização

O TAUS poderá ser concedido a comunidades tradicionais que ocupem ou utilizem as áreas de várzeas e mangues enquanto leito de rios federais; mar territorial, áreas de praia marítima ou fluvial federais; ilhas situadas em faixa de fronteira, acrescidos de marinha; e marginais de rios federais e terrenos de marinha.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Levantamento da AGU aponta que nenhuma obra de UHE está paralisada por decisão judicial

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 21.02.2015

Para garantir o fornecimento de energia elétrica, a Advocacia-Geral da União (AGU) atua para evitar paralisações causadas por ações ajuizadas contra empreendimentos do setor. O resultado desse trabalho é que, atualmente, não existe qualquer impedimento judicial ao andamento das obras de usinas de geração e linhas de transmissão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Um exemplo dessa atuação é o Complexo do Rio Madeira. O empreendimento é a obra do setor elétrico do PAC que mais foi questionado na Justiça, mas, graças à atuação da AGU, não foi paralisada por decisões judiciais.

Juntas, as usinas Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.568 MW), que formam o Complexo do Rio Madeira, foram alvo de 37 ações. Com investimentos previstos de R\$ 24 bilhões, o empreendimento está sendo construído em Porto Velho/RO.

A hidrelétrica Santo Antônio, por exemplo, começou a gerar energia no dia 30 de março de 2012, nove meses antes do cronograma original. No final de 2016, quando estiver totalmente concluída, com 50 turbinas instaladas e em operação, produzirá energia suficiente para atender ao consumo de mais de 44 milhões de pessoas.

Segundo a Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da AGU responsável por representar nos tribunais as autarquias e fundações públicas federais, outras 53 obras do setor elétrico do PAC também foram questionadas na Justiça. Mas a atuação exitosa se estende aos outros projetos e a maior parte das liminares é derrubada em poucos dias. No total, foram 205 ações ajuizadas, sendo 80% (165 das 205) contra hidrelétricas. Essas resultaram em 524 medidas judiciais, incluindo 83 liminares que paralisaram os trabalhos em algum momento. Dessas medidas, 284 ainda estão em tramitação, enquanto 240 já foram arquivadas.

Maiores obras

Localizada no rio Xingu, no estado do Pará, Belo Monte é a maior obra de infraestrutura do Brasil, com custo estimado em cerca de R\$ 30 bilhões. Quando estiver pronta, será a terceira maior hidrelétrica do mundo - atrás apenas de Itaipu e da usina chinesa das Três Gargantas. Com capacidade instalada de 11.233 MW, produzirá energia suficiente para abastecer 40% do consumo residencial do país.

A usina paraense foi a segunda mais acionada na Justiça, sendo alvo de 30 ações que

CONT.



resultaram em 105 medidas judiciais. Apesar da atuação intensiva da AGU, as obras de construção foram paralisadas por 92 dias por causa de decisões judiciais.

Já os 2,4 mil quilômetros de extensão das linhas de transmissão Porto Velho-Araraquara tornam o empreendimento o maior do tipo do PAC e um dos maiores no mundo. Com custo estimado em mais de R\$ 7 bilhões, a obra cruza o país, do Norte ao Sudeste, para integrar as usinas de Jirau e Santo Antônio ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil. Também foi alvo de ação civil pública, mas a AGU evitou a paralisação das obras.

Fonte: AGU



Idoso é encontrado morto dentro de casa e suspeita é de latrocínio em MS

SÍTIO GLOBO.COM, 22.02.2015

*Crime aconteceu na manhã deste domingo, em Amambai.
Vizinhos viram duas pessoas no terreno da residência.*

Um idoso de 62 anos foi encontrado morto na manhã deste domingo (22), dentro de casa, em uma chácara de Amambai, município que fica a 332 quilômetros de Campo Grande. O caso foi registrado como 'roubo, se da violência resulta em morte'.

De acordo com informações do boletim de ocorrência, o homem foi morto com facada no peito. A residência estava revirada e um amigo dele, que foi quem encontrou o corpo, disse à polícia ter visto duas pessoas correndo no terreno do imóvel.

Vizinho da vítima declarou à polícia que antes do corpo ser encontrado, um casal de indígenas esteve no local procurando emprego. Diante da negativa, os índios foram embora e retornaram horas depois com foice e facão.

Nesta segunda vez, conforme a versão do vizinho da vítima à polícia, os indígenas disseram que tinham ido em outra propriedade e também não havia vagas para trabalhar. Até a publicação desta reportagem nenhum suspeito havia sido preso.

Os caminhos tradicionais e os caminhos aplainados nas Chapadas de Urbano Santos, Anapurus e Santa Quiteria

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.02.2015



Por Mayron Régis, em Territórios Livres do Baixo Parnaíba

A Francisca indicava os caminhos pela Chapada. Eles se perderiam entre os plantios de eucalipto da Suzano Papel e Celulose caso ela não completasse o grupo. A caminhonete não pararia em nenhum lugar antes de chegar à comunidade de Bracinho. Tomou-se essa decisão pelo simples fato de que só arranjaram a caminhonete no meio da manhã com um comerciante de Urbano Santos. Quanto ao preço, ele cobrou trezentos reais pelo aluguel. Ficaria a cargo do seu filho Jeová a direção da caminhonete.

Em 2012, a professora Maristela, do curso de Antropologia da UFMA, contratou os serviços do

CONT.



Jeová como motorista. Nesse ano, pesquisavam-se os impactos dos plantios de eucalipto da Suzano Papel e Celulose sobre as comunidades tradicionais de Urbano Santos e Santa Quiteria com recurso do Fundo de Direitos Humanos. Por conta desse serviço de alguns dias, Jeová se certificou da existência dos povoados de São Raimundo e Bracinho, em Urbano Santos, e Lagoa das Caraibas e Baixão da Coceira, em Santa Quiteria. Antes, só a diversão o arrastava para longe de Urbano Santos, como nas saídas para Mata Roma com os amigos durante o carnaval.

Na viagem com a professora Maristela, Jeová praticou o caminho pela Boa União. Naquela outra, ele praticaria o caminho pelo Bonfim. O caminho pelo Bonfim tende a ser mais rápido porque a Suzano Papel e Celulose aplainou por onde ele beira os seus plantios de eucalipto. Só que se a pessoa não se cuidar, ela se esquece da vida e esquece-se de virar onde deveria e vai vagar pela Chapada. A Francisca estranhou que a entrada para o Bracinho não emergia por entre os eucaliptos e que a caminhonete entrava na Chapada da comunidade de Formiga em Anapurus. Ela alarmou os demais. O Jeová, simplesmente, informou-os que por ali nunca se movimentara. O José Antonio consternou a todos com sua profunda desinformação. O melhor foi voltar e quebrar a direita depois do cemitério.

Os plantios de eucalipto da Suzano nos municípios de Urbano Santos, Santa Quiteria e Anapurus igualaram a maior parte das Chapadas e as pessoas não vislumbram mais os seus caminhos tradicionais. Sujeitam-se aos caminhos da Suzano Papel e Celulose. O caminho antigo para Bracinho estava abandonado. Então, eles trilharam o caminho pelo povoado de Bebedouro. Quando se espantaram, a caminhonete estacionava a frente da residência do João, presidente da associação dos moradores de Bracinho. Eles almoçariam galinha caipira com os moradores para comemorar a titulação da terra em nome da associação por parte do Iterma. Não foi fácil.

A associação brigou com a Suzano Papel e Celulose, com gente da própria comunidade e com o Iterma que propunha titular só parte dos 3.390 hectares porque achava que era muita terra. Para as comunidades, pagar o título sempre foi uma dificuldade. Segundo o João, as 35 famílias da associação se esforçaram e pagaram seis mil reais da primeira prestação. São 12 prestações no total. O mato cerrou o caminho que vai de Bracinho a Bom Princípio e a São Raimundo. Os motociclistas correm pelo caminho que beira os eucaliptos do Evandro Loeff. Por alguma razão, eles continuaram pelo caminho cerrado.

A Francisca narrava um fato significativo daquela Chapada. "Bem nesse ponto, em que Bracinho extrema com Bom Princípio, oito mulheres de Bracinho seguraram sozinhas os funcionários e os tratores da Suzano só com a força das suas vozes." A caminhonete parava a cada pequizeiro para se juntar os pequis que proliferavam pelo chão. Nem pensavam em achar bacuri. Quem mandava no pedaço eram os pequizeiros. Só se mencionava bacuri na hora que os compradores de polpa passavam com suas motos. Junto a eles, quilos e mais quilos de polpa de bacuri que comerciantes de Anapurus, Brejo e Mata Roma haviam encomendado.

Foto: bacuri aberto.

Em RR, avião com indígenas grávidas cai após decolar e deixa uma ferida

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.02.2015

Monomotor seguia da Comunidade Indígena do Caju para Boa Vista. Quatro pessoas estavam no aeronave; 2 grávidas, acompanhante e o piloto.



Por Marcelo Marques do G1 RR

Um avião monomotor que presta serviço para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) caiu na tarde deste domingo (22) na Comunidade Indígena do Caju, no município de Uiramutã, região Norte de Roraima, a 460 quilômetros de Boa Vista. Quatro pessoas estavam na aeronave, sendo duas indígenas grávidas, uma acompanhante e o piloto. Conforme informações, uma das grávidas ficou ferida.uu

De acordo com uma testemunha que presenciou o acidente, a professora Marília Pereira, moradora da comunidade, o monomotor decolou, mas não teve 'força' para permanecer no ar. Ainda não se sabe as causas do acidente. "Assim que levantou voo, o avião caiu na pista de decolagem. O marido de uma das grávidas quebrou a porta da aeronave e resgatou todo mundo", contou.

CONT.



A professora informou que passageiros e o piloto estão em um Posto de Saúde da região aguardando outro avião ir buscá-los e trazê-los para Boa Vista.

“Uma outra aeronave vem prestar ajuda. Mas estão todos bem aparentemente. Foi um susto. Uma das grávidas ficou machucada, porém nada grave. Elas são da etnia Macuxi e Ingarijó. As duas estavam indo para a capital para fazer o exame de pré-natal”, citou Marília, acrescentando que 60 indígenas vivem na Comunidade do Caju.

O G1 entrou em contato com a Sesai para se pronunciar sobre o acidente aéreo, mas não obteve êxito.

Foto: Avião caiu na Comunidade do Caju neste domingo (Foto: Arquivo pessoal/ Marília Pereira).

Universo quilombola é tema de evento em comunidade de Passa Tempo

SÍTIO GLOBO.COM, 22.02.2015

*Município tem quilombo reconhecido pelo Governo Federal.
Palestras, shows e oficinas fizeram parte da programação.*



Cerca de 200 pessoas moram na comunidade quilombola Cachoeira dos Forros
(Foto: Bianc Amorim/Divulgação)

Anna Lúcia Silva
Do G1 Centro-Oeste de Minas

Experiências herdadas dos antepassados negros foi o tema do primeiro Seminário "Universo Quilombola", realizado neste final de semana na comunidade Cachoeira dos Forros, em Passa Tempo. A programação contou com palestras, oficinas e shows.

Segundo o idealizador do evento, Bianc Amorim, a proposta foi conscientizar sobre as riquezas culturais quilombolas e capacitar a comunidade a buscar recursos para seu crescimento. "O objetivo deste evento é de fornecer informações e conhecimentos da verdadeira história e da importância do negro na construção do Brasil, além de promover a autoestima desta comunidade, a redescoberta e valorização de sua ancestralidade", explicou.

CONT.



Entre os temas, foram abordados o que é um quilombo, quais direitos e responsabilidades de sua população, políticas públicas necessárias para melhoria de vida dos quilombolas, autoestima e a valorização da beleza afrodescendente e história das ancestralidades africanas. "O que chamou a atenção foi o envolvimento da comunidade e os palestrantes, além do aproveitamento dos moradores em relação às oficinas. Com certeza foi uma ótima troca de experiências", disse o editor de imagens Adriano Reis.

A herança do quilombo é mantida com orgulho pelos moradores. Myriam Rafaela Criscoulo é engenheira agrônoma e uma especialista em plantas medicinais. No seminário, teve a oportunidade de trocar conhecimentos. "Sem dúvidas foi bom poder trocar o que aprendi na universidade com a tradição do povo que colhe plantas medicinais nos quintais", afirmou.

Comunidade

Na comunidade quilombola de Cachoeira dos Forros, moram aproximadamente 200 pessoas e o sustento das famílias descendentes de escravos tem como base a plantação de pimenta e o artesanato.

Neste sábado (21), a comunidade completou nove anos de existência. Desde 27 de abril de 2010 ela é reconhecida legalmente como terras quilombolas pelo Governo Federal por meio da Fundação Palmares. Vindos de Serra Leoa, etnia Mandinga e Quizumba, hoje os moradores estão distribuídos em 62 famílias.



Ana apresenta demandas das comunidades quilombolas

SÍTIO FAXAJU, 22.02.2015

Com uma atuação parlamentar marcada pela defesa das causas populares, a deputada Ana Lúcia (PT) se reuniu na manhã desta sexta-feira com o secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Olivier Chagas e com as lideranças quilombolas, Ângela Maria Viana e Robério da Silva, para apresentar as principais reivindicações dessas comunidades em Sergipe. Problemas de várias regiões do estado foram discutidos, como o desmatamento de manguezais por todo o estado, especialmente na região do município de Brejo Grande. De acordo com Robério da Silva, os grandes produtores de camarão da região desmatam os mangues para construir tanques para a prática da carcinicultura, o que prejudica os pequenos produtores e as comunidades quilombolas para o plantio de mandioca e de arroz. "Em territórios como Gato Preto, Carapitanga, Salinas, Resina, Brejão dos Negros, Terra Vermelha e Garatuba, todos em Brejo Grande, o desmatamento já está muito avançado", afirma Robério. Após o relato das lideranças quilombolas, Olivier Chagas se comprometeu a fazer uma visita às regiões mais desmatadas acompanhado de técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), para que possa ser feito um estudo mais aprofundado para resolver essa situação.

Outra demanda apresentada ao secretário foi o despejo de esgoto da cidade de Estância diretamente no rio Piauitinga. Esse problema afeta a vida de pescadores que dependem do rio para sobreviver, além de provocar um surto de esquistossomose na região. Segundo Olivier, a SEMARH irá se reunir com a DESO para que seja encontrada uma solução para essa questão o mais breve possível.

Um problema grave que as lideranças também levaram ao conhecimento do secretário, foi a grande dificuldade que pescadores e catadoras de mangaba dos municípios de Indiaroba, Santa Luzia, Estância e Itaporanga encontram para trabalhar na Reserva Extrativista (Resex). Dentro da área existem três comunidades quilombolas que dependem da terra para tirar o seu sustento e devido à forte pressão de grupos políticos essas pessoas não conseguem acessar áreas onde é possível exercer a prática extrativista. Segundo as lideranças, esse impedimento pode ser resolvido com a assinatura do decreto que reconhece os territórios das comunidades. "Todos os trâmites desse processo já foram cumpridos. Só está faltando a assinatura da Presidência da República", declara Robério da Silva. Mais uma vez se mostrando solícito, Olivier se ofereceu a fazer uma visita ao Ministério do Meio Ambiente, com a companhia da deputada Ana Lúcia, para que essa questão seja discutida e que o decreto seja assinado.

Além dessas questões, também foi pautada por Ana Lúcia a necessidade de o secretário discutir com o governador Jackson Barreto a criação do Parque das Dunas, no município de Barra dos Coqueiros. A parlamentar afirma que a região vem sofrendo com muitas ocupações irregulares, com o desmatamento da mata Atlântica e a destruição do rio do local.

Da assessoria.

O grito da Selva ao Planalto: povos indígenas de Rondônia estão em Brasília
SÍTIO CIMI, 23.02.2015



Fonte da notícia: Por Egon Heck, Secretariado Nacional - Cimi

Reverberando o movimento indígena, os Kayapó, em audiência com o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disseram que caso os parlamentares insistissem na aprovação da PEC 2015, semanalmente povos de todo o Brasil se fariam presentes em Brasília para protestar e dizer não ao projeto.

Nesta semana, os povos Suruí, Cinta Larga, Arara, Puruburá, Wajonô, Karitiana, Guarassungue, Oro Waram Xijein, Oro Mon e Oro Waram farão ouvir o seu grito contra a PEC 215 e todas as iniciativas anti-indígenas tramitando no Congresso, no Executivo e no Judiciário. São os povos indígenas de Rondônia mobilizados. Os problemas e desafios contra os quais estão lutando são múltiplos. Porém, a “questão que envolve tudo é a terra, a demarcação e proteção”, afirma Agenor Karitiana.

CONT.



Durante essa semana terão audiências e contatos com diversos órgãos e instituições dos Três Poderes. Conforme Agenor Karitiana “já lutamos muito. Enfrentamos inimigos perigosos. Fomos aos poucos construindo nosso movimento e organização. Vimos que o inimigo nosso está muitas vezes dentro do governo. Os que deviam proteger nossos direitos são os que tentam impedir a demarcação de nossas terras”.

Para o indígena, a postura do governo federal faz o jogo do fazendeiro. “Hoje temos novas lutas contra as PECs, contra os projetos de REDD, captura de carbono, que vem ameaçando o território Suruí, provocando conflitos internos. Mas nós vamos falar duro na defesa dos nossos direitos e denunciar o que ameaça nossos povos”, afirma.

Agenor luta pelos direitos de seu povo e dos povos indígenas desde o período da Constituinte, na década de 1980, e ressalta a importância desse momento e a grande participação dos jovens e das mulheres. “Olha aí, esse é meu filho e aquele é filho de Eva Kanoé e Piau, lá de Sagarana”. E avisa: “No início de abril vamos fazer uma grande Assembleia dos povos indígenas de Rondônia. Vamos fazer ouvir o nosso grito e cobrar do governo nossos direitos”.

Terra, o problema número um

Dentre os principais problemas, ressaltam os indígenas a paralisação do processo de demarcação das terras dos povos Cujubim, Miguelem, Wajoro, Puruburá, Cassupá, Kaririana, Kaxarari, além da extrusão da Terra Indígena Rio Negro Ocaia.

É grave a situação de invasão dos territórios indígenas em Rondônia, por madeireiros, empreendimentos do governo federal, incluindo pequenas centrais hidrelétricas.

Outro grande problema que enfrentam os “povos resistentes” (aqueles que saem do silêncio imposto pela colonização) de Rondônia é a morosidade no reconhecimento étnico, caso dos povos Guarasugwe e Chiquitano, além da documentação dos povos Cujubim, Miguelem, Warojo, Puruburá e Cassupá. Eles vêm cobrar do governo, por intermédio do Ministério da Justiça e Funai, agilidade nesses processos e a garantia dos direitos coletivos, especialmente à terra, mas também saúde e educação, entre outros.

Vítimas da borracha, dos garimpos, dos madeireiros e da colonização

A partir da década de 1960 e principalmente de 1970, houve a invasão massiva e sistemática dos territórios indígenas em Rondônia por projetos de colonização, pela expansão da frente agropecuária e garimpeira. O grande estímulo a essas invasões se deu a partir da construção da BR 364, que cortou as terras de vários povos e forçou a rápida e irresponsável “pacificação” de vários povos. Basta lembrar a terrível chacina dos Cinta Larga, do Paralelo 11, a mortandade dos Pacaás Novos – Oro Wari, da região de Guajará a Mirim.

CONT.



Um relato da época menciona que no início da década de 60 o contato precipitado com os Pakaa Nova – Oro Wari fez com que o povo fosse reduzido de 3 mil para menos de 500 indivíduos (Folha do Acre 17/07/1963). "Confirmando reportagens por nós divulgadas, a fome, a doença e aventureiros inescrupulosos estão dizimando os índios Pacaás Novos, que habitam as selvas de Rondônia. De um grupo de 400 selvícolas restam apenas 91, em estado precário. Essas foram informações prestadas à imprensa pelo Dr. Noel Nutels" (Alto Madeira, Porto Velho, 16-03-1962).

Poderíamos elencar inúmeros casos de violência e extermínio dos povos indígenas de Rondônia. Mas eles sobreviveram a todas as formas de violência, e hoje estão em Brasília, trazendo seu grito da selva e do massacre aos responsáveis pelo Estado brasileiro.



Boletim de Notícias - Edição nº 32/2015

Brasília, 23 de fevereiro de 2015.

Frente Ambientalista se reúne para definir estratégia em defesa dos indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.02.2015

Agência Câmara

A Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados discute na quarta-feira (25) estratégias para impedir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a prerrogativa de criar e modificar limites de terras indígenas, de quilombolas e áreas de proteção ambiental.

Para debater o tema e alinhar ações em defesa do meio ambiente e dos povos indígenas, a frente parlamentar convidou representantes de ONGs, organizações indígenas, indigenistas e quilombolas para um café da manhã, que ocorrerá a partir das 8h30, no restaurante Senac da Câmara (anexo 4, 10º andar).

Outros assuntos polêmicos como o novo Código da Mineração (PL 5807/13) e a proposta de abrir até 10% das áreas protegidas para a prospecção e extração de minérios também estão na pauta.

Íntegra da proposta:

- [PEC-215/2000](#)
- [PL-5807/2013](#)



Atingidos resistem contra hidrelétrica do Arrodeador, na Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.02.2015

MAB – Desde do dia 11 de fevereiro, ribeirinhos do rio Formoso das comunidades atingidas por barragens dos municípios de Jaborandi e Coribe, na Bahia, realizam vigília em áreas de camponeses que estão ameaçadas por decisões judiciais que autorizam o início do levantamento topográfico na região pela empresa Data Traffic, responsável pelo projeto da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Arrodeador.

Os ribeirinhos alegam que o projeto da construção da PCH Arrodeador no rio Formoso não vai trazer benefícios para as famílias, mas, ao contrário, gerará enormes impactos sociais e ambientais para a região.

As famílias se mantêm resistentes diante das investidas da empresa que ameaça entrar nas propriedades acompanhada pela polícia militar. Mesmo com reforço policial, a organização e resistência das famílias têm sido mais forte e até conseguiu barrar a ofensiva da empresa.

Um dos atingidos e coordenador de grupo de base, Florisvaldo Pereira, afirma que hoje é mais um dia muito importante na história de luta dos ribeirinhos do formoso. "Há dias a gente vem fazendo vigília. Hoje estamos qui com mais de 100 pessoas dizendo não a essa barragem e não a Data Traffic, empresa essa que só quer explorar nosso rio, vamos manter firmes e vigilantes sabendo da importância da organização dos atingidos, só assim vamos defender nossos direitos".

No último dia 16, as famílias montaram um acampamento na comunidade de Laranjinha com mais de 100 pessoas e fizeram conversas sobre a importância da luta dos atingidos. O encaminhamento é que as famílias se mantenham em alerta a qualquer investida da empresa até que seja revista a decisão judicial, já que o povo é contra ao projeto de barragem.



A transposição e os vulnerabilizados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.02.2015

"As pessoas não estão em primeiro lugar"

Alice Souza – Diário de Pernambuco

O rio São Francisco representa 70% da oferta de água dos municípios nordestinos. Sob a promessa de trazer segurança hídrica à região, dando solução ao famigerado problema da seca em 390 municípios, o Governo Federal iniciou, há sete anos, o Projeto de Integração do Rio São Francisco. Maior obra de infraestrutura hídrica já realizada no Brasil, a integração – também conhecida como transposição – abre canais que juntos somam quase 500 quilômetros em linha reta. Divididas em dois eixos, as obras cortam oito municípios pernambucanos, uma mudança não só física, mas também de identidade das populações locais. Desde 2012, o engenheiro de saúde pública, e pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) André Monteiro estuda as mudanças provocadas pela integração em Pernambuco. A pesquisa "Estudos Ecológicos dos Territórios e Populações Vulnerabilizadas na área de Abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco" envolve 13 pesquisadores e se ramifica em teses de mestrado, doutorado e um documentário, a ser finalizado. Em entrevista ao Diário, ele detalha os resultados encontrados, assim como analisa o perfil de gestão do empreendimento.

A que se propõe a pesquisa "Estudos Ecológicos dos Territórios e Populações Vulnerabilizadas na área de Abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco"?

Iniciamos o trabalho em 2012, com financiamento do Ministério da Saúde e da presidência da Fiocruz. Procuramos compreender como os processos sociais produzem situações de vulneração. Então, analisamos desde alterações nas condições de vida das pessoas, condições de habitação, compreensão da cultura, questões de territorialidade, aspectos técnicos, modelo econômico e suas tecnologias, dimensão política, gestão de recursos hídricos e meio ambiente. Em uma abordagem ampla, identificamos sete grupos afetados, como indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e mulheres. Nessa pesquisa inicial, também identificamos vários problemas.

Qual a fase atual dos estudos?

A pesquisa atualmente é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estamos trabalhando nos dois eixos da transposição em Pernambuco, nos municípios por onde os canais passam no estado, além de Monteiro, na Paraíba. Ao todo, são 10 cidades, para onde realizamos viagens desde setembro no intuito de conversar com os gestores e grupos sociais para identificar os aspectos positivos e negativos. Muitas dessas pessoas já são vulneradas historicamente, são parte da desigualdade social brasileira.

CONT.



Quais as principais consequências da transposição identificadas nos grupos sociais em Pernambuco?

Esse povos foram vulnerados uma segunda vez, como acontece com grandes empreendimentos em geral, que são processos mais de acumulação de riqueza. Tem gente há cinco anos assentada que ainda não recebe água, ou seja, não tem como trabalhar. Em Floresta, uma comunidade indígena teve o processo de demarcação de terras interrompido por sete anos. São muitos os exemplos. Cerca são retiradas e trabalhadores rurais perdem animais. Outro problema são as explosões que deixam rachaduras nas casas, mas o conserto não é feito. O projeto da transposição definiu em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), sem consultar os povos indígenas e os quilombolas, que as casas de taipa iam ser trocadas por casas de alvenaria. Mas existe um tratado da Organização Internacional do Trabalho que determina a consulta a esses povos, pois qualquer obra ou mudanças em seus territórios pode trazer danos para cultura e suas atividades. Os povos indígenas, então, deixaram de fazer o ritual da jurema, pois não acharam adequação na casa de alvenaria. Uma terra quilombola foi cortada ao meio sem aviso prévio. A gente já tem historicamente um passivo com eles e reproduz ainda essas ações.

Em Pernambuco, a região de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho foi uma das pioneiras nos projetos de desenvolvimento, com o Polo Petroquímico de Suape e a Refinaria Abreu e Lima. Uma das consequências foi o aumento dos casos de exploração sexual na região. O roteiro se repete no semiárido?

Nós identificamos vários problemas de gênero. Um deles foi a questão das indenizações, de maridos que receberam as indenizações sem consentimento das mulheres e desapareceram como dinheiro. Nas empresas, há mulheres demitidas por não cederem a assédio sexual. Outro ponto é o envolvimento dos trabalhadores com meninas de 10 a 14 anos, aumentando o índice de gravidez e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Algumas mulheres ainda são abandonadas com os filhos ou se envolvem em situações de drogas e prostituição.

O modo de implantação das obras da transposição é um reflexo de como o Brasil sempre lidou com as populações vulneradas ao longo da história?

Sim, com as populações tradicionais e o pobre. Há um professor da Universidade Federal de Pernambuco, Parry Scott, que fala de descaso planejado. Há uma orientação clara nas empreiteiras para desconsiderar a reclamação dos moradores. As empresas jogam para minimizar os custos, mas a maioria delas está envolvida na Operação Lava Jato. As obras do Eixo Leste, em Salgueiro, estão paralisadas por causa disso. E o ônus fica com as pessoas. Em geral, elas se sentem impotentes para resolver, abandonadas pelo estado.

O que o Brasil poderia ter extraído de lição de outras obras como essa e não o fez?

Não aprendemos na nossa história a tratar as pessoas como gente. É o que acontece em Belo Monte, onde há acusações de etnocídio. Um grande problema dos empreendimentos é a desterritorialização, em que grupos são obrigados a sair de suas terras, mas esses espaços guardam a memória afetiva-cultural que lhes confere identidade. O trabalho também é outro

CONT.



componente fundamental na construção da identidade. Há uma irresponsabilidade do ponto de vista da gestão com as pessoas. As pessoas não estão em primeiro lugar. Pelo contrário.

Em um dos artigos da pesquisa, você diz que há uma tendência mundial na construção de grandes projetos de apontar para uma "convivência com o semiárido". Na prática, como funciona esse conceito?

Na década de 1980, ocorreram encontros internacionais, fóruns de povos em regiões semiáridas e, a partir disso, foi criada a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) para atuar na mudança da forma como os governos planejavam políticas públicas para essas áreas. No Brasil, a política vigente naquela época é a mesma de hoje, reproduzida na integração, a de combate à seca. Ou ainda a indústria da seca, como a compra de votos, barganhas políticas para alimentar o poder local. A convivência, por outro lado, prevê autonomia e poder das pessoas. A concepção é por ações e estruturas mais locais e descentralizadas, com sustentabilidade no nível dos agricultores de terras, associações e de coletividade.

A transposição tem um conjunto de 38 ações de mitigação previstas, elas são suficientes para dar resposta ao processo de enfraquecimento das populações vulnerabilizadas?

Há várias ações relacionadas a saúde, qualidade de vida ou preservação, mas nos estudos percebemos que os programas são absolutamente insuficientes para dar conta dos problemas produzidos durante a implantação do projeto. Analisamos o EIA/RIMA da transposição, mas ele se converteu em um instrumento de legitimação do capital, ou seja, das grandes empresas que vão ser beneficiadas com o empreendimento. Vivemos hoje uma crise energética e de recursos hídricos no Brasil que é decorrente do modelo de desenvolvimento de destruição da mata, de projetos em que os povos tradicionais – que têm conhecimento de preservação das matas – são desconsiderados.

As populações consultadas identificam pontos positivos na integração do São Francisco?

Estamos entrando no oitavo ano de implantação das obras, ainda há muito o que fazer. Em algumas cidades, houve crescimento na arrecadação de impostos e serviços, como Salgueiro. Pretendemos criar um fórum de articulação de entidades acadêmicas e movimentos sociais dos quatro estados envolvidos, para acompanhar a finalização e os resultados.

Saiba Mais

Integração do Rio São Francisco

69,2% do total de obras concluídas

Eixo Norte: Cabrobó, Salgueiro, Terranova e Verdejante, em Pernambuco; em Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti e Barro, no Ceará; em São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras, na Paraíba.

CONT.



Já no Eixo Leste, o empreendimento passa pelos municípios pernambucanos de Floresta, Betânia, Custódia e Sertânia; e em Monteiro, na Paraíba.

Investimento inicial previsto

R\$ 4,5 bilhões

Investimento até agora

R\$ 5,93 bilhões nas obras

Orçamento

R\$ 8,2 bilhões

Início: 2008

Previsão de término: 2016

Em Pernambuco:

11 empresas atuando

4.390 trabalhadores

3 milhões de pessoas atendidas

241 famílias reassentadas (até agora)

7 vilas produtivas rurais

Fonte: Ministério da Integração Nacional.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.

Lá vem o progresso

SÍTIO CARTA CAPITAL, 23.02.2015

No oeste do Pará, a cidade de Itaituba concentra obras estratégicas para o governo federal, mas seus moradores temem ficar fora da bonança do desenvolvimento



Itaituba é o principal pólo urbano do médio Tapajós, região que concentra projetos estratégicos para o agronegócio

Por Bruno Fonseca e Jessica Mota

Uma rua de terra divide as comunidades Vila Nova e Vila Caçula, sustentadas em cima de palafitas à beira do rio Tapajós, que banha a orla do município de Itaituba, no oeste do Pará. A reportagem da Pública se aproxima de duas casas para entrevistar seus moradores. Do alto das escadarias de madeira, eles negam. "A gente dá entrevista e nossa situação aqui não muda. Não vou falar", diz um senhor de pele morena, cabelos brancos e óculos acompanhado da esposa, que também responde com um sonoro "não".

O bairro de estrutura precária não tem água encanada e o esgoto, despejado no rio, corre por baixo das casas. Mas a situação não é exclusiva de Vila Nova e Vila Caçula. Não existe rede de tratamento de esgoto na cidade. Nas ruas do centro, as calçadas desreguladas fazem com que seja mais fácil caminhar pela rua. Ali, são raras as vezes em que se consegue completar uma

CONT.



ligação de celular. Em busca do prédio da prefeitura, a equipe de reportagem passou por quatro edifícios até descobrir que o órgão não possui uma sede.

Itaituba é a maior cidade da região do médio Tapajós, que deve receber nos próximos anos um conjunto de obras estratégicas para a economia nacional. Com a construção de estações de transbordo (que recebem os grãos de soja e milho para enviá-los aos portos em balsas), uma hidrovia e o asfaltamento de rodovias federais, o oeste do Pará se tornou um importante foco de atenção da indústria agropecuária. Ali se forma um dos corredores estratégicos para escoamento de grãos produzidos no Mato Grosso.

A essas obras soma-se o projeto de um complexo de sete hidrelétricas na região. Três no rio Tapajós, duas delas ligadas diretamente a Itaituba, e quatro no seu afluente Jamanxim. A mais avançada delas é São Luiz do Tapajós, com capacidade de 8.040 megawatts, prevista para ser construída a 65 km de Itaituba. Se os estudos de impacto da hidrelétrica forem aprovados pelo Ibama, órgão licenciador do projeto, o leilão da usina deve ocorrer ainda este ano. A previsão é que São Luiz custe R\$ 30 bilhões. A segunda usina prevista para o Tapajós, a de Jatobá, também está em processo de licenciamento ambiental.

Mas enquanto os projetos avançam, o receio é que os benefícios do desenvolvimento passem à margem da cidade. Se construída, a hidrelétrica de São Luiz será a terceira maior do Brasil em potência. E, com pouca infraestrutura, Itaituba corre o risco de passar pela mesma situação que Altamira, onde está sendo construída a usina hidrelétrica de Belo Monte. Lá, a cidade vive o impacto das obras com o crescimento desordenado que provoca especulação imobiliária, problemas no atendimento à saúde e crescente violência.

"É uma situação que pra nós não sabemos se vai ser benéfica. Pro sul do Brasil vai. Pro centro-oeste vai. Mas e pra nós que aqui estamos?", questiona Davi Menezes, 44 anos, presidente do Fórum de Entidades de Itaituba, órgão que reúne 22 instituições, como OAB, Associação Comercial, o Rotary Club e a Maçonaria. O Fórum surgiu com o objetivo de representar a classe empresarial de Itaituba frente à implantação dos projetos. Até agora a realidade não alcançou as expectativas. "Tem um empresário aqui que comprou quase 200 mil EPIs [Equipamentos de Proteção Individual]. Sabe o que ele vendeu? Nenhuma luva", se indigna Menezes. "Ele preparou-se, com estoque, para vender para construção dos portos e não vendeu nada. Trouxeram tudo de fora". Para ele, os interesses das grandes empresas que chegam à cidade se sobrepõem aos dos empresários locais.

Belo Monte mora ao lado

A preocupação que ronda a cidade não é infundada. Altamira, distante 500 km, é um exemplo recorrente na fala dos moradores do Tapajós. Para Eva Bonfim, maranhense radicada no Pará, a cidade "se acabou": "Tenho quatro irmãos em Altamira e fui lá visitar. O inchaço populacional é um absurdo, muita morte, acidente, assalto". Para ela, Itaituba não será exceção com a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

CONT.



A chegada do projeto da usina de Belo Monte somada a uma estrutura precária de políticas públicas contribui para o agravamento de situações de violência em Altamira. A cidade vive uma onda de crescimento de exploração sexual de mulheres, crianças, adolescentes e indígenas desde o início da construção da usina de Belo Monte. A alta nos preços dos aluguéis e venda de imóveis chega a afetar instituições que trabalham no combate à exploração sexual na cidade, já que não há recursos disponíveis para arcar com a alta dos custos. As informações foram reveladas por uma pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA), feita durante os anos de 2013 e 2014. (Leia a pesquisa [aqui](#) e [aqui](#))

Além dos impactos, a aplicação das compensações por parte da concessionária de Belo Monte, a Norte Energia, não tem sido feita de maneira adequada. Famílias atingidas pelas obras em Altamira enfrentam atrasos na entrega das casas e indenizações insuficientes. [De acordo com a agência Amazônia Real](#), o caderno de preços das indenizações às perdas das casas desconsidera o aumento no custo de vida em Altamira, reflexo do próprio projeto.

Em março de 2013, a previsão de trabalhadores no canteiro de obras chegou a 28 mil pessoas – 10 mil a mais do que o número autorizado pelo Ibama, órgão licenciador da usina. Mesmo assim, as ações para reduzir os impactos na região de Altamira e dos outros quatro municípios atingidos não foram readequadas.

Sob os olhos do bispo Dom Erwin Kräutler, que está há 50 anos na região do rio Xingu e é presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a cidade se tornou irreconhecível. "Era uma cidade do interior que o pessoal na boca da noite sentava na calçada e trocava umas prosas. Hoje você não pode sentar mais em canto nenhum. Todo mundo está criando trincheira. Barreiras. Se você entra em Altamira agora tem muro em tudo quanto é canto, a gente não enxerga mais as casas".

[De acordo com o estudo de impacto ambiental](#) da usina de São Luiz, além dos 13 mil trabalhadores, cerca de 12.500 pessoas devem chegar à região do médio Tapajós em busca de emprego e negócios. Mas a exemplo do que ocorreu em Belo Monte, os números podem ser maiores.

Em Itaituba, Eva Bonfim é diretora do maior colégio privado da cidade e é uma das pessoas que pode lucrar com a chegada de novas famílias. Ainda assim, ela mantém um olhar crítico sobre o projeto. Por meio de aulas e palestras, tenta alertar seus alunos sobre os impactos que a barragem de São Luiz do Tapajós pode causar. "Acho que falta esclarecimento para a população, do que vai trazer de bom e de ruim. Deveria ser bem explicado", acredita. "Hoje nossos filhos brincam na frente de casa, saem, vão no mercado. Logo vão perder essa liberdade pelo inchaço populacional que vai chegar no município. O pessoal diz 'mas não é bom o desenvolvimento?' Será que é bom? Eu não acho que vai ser bom".

Abrindo caminho

Na rasteira dos empreendimentos que chegam ao médio Tapajós, o governo federal e as prefeituras traçam planos para buscar orientar o crescimento da região.

CONT.

Em setembro de 2014, o Ministério do Planejamento divulgou o [Plano Plurianual Territorial Participativo da região do Tapajós](#). O plano foi elaborado junto ao consórcio de municípios que, além de Itaituba, inclui as cidades de Novo Progresso, Jacareacanga, Rurópolis, Trairão e Aveiro. São previstos investimentos de R\$ 1,9 bilhão até 2017 na região, em setores que vão da infraestrutura, cultura e turismo, à saúde e educação.



Enquanto o plano ainda está no papel, na orla oposta a Itaituba, no distrito de Miritituba, a estação de transbordo da multinacional Bunge opera desde abril do ano passado para escoar a produção de soja vinda do Mato Grosso até o porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA). Além dessa, outras três estações das empresas Cargill, Cianport e Hidrovias do Brasil já estão em processo de licenciamento ambiental. A rota é estratégica para o setor agropecuário porque hoje representa uma redução de 34% no custo do transporte dos grãos para a safra de 2015/2016, em relação à safra de 2013/2014, então destinada aos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

As obras se somam ao projeto da usina de São Luiz do Tapajós, o mais sensível no momento. Sua construção conflita com a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, que poderá ser alagada assim como comunidades ribeirinhas da região, como a vila de Pimental. O alagamento de terras indígenas para construção de barragens não é permitido por lei. Até agora, a usina já acumula oito ações movidas pelo Ministério Público Federal, que tenta garantir o cumprimento dos direitos das populações locais. (Leia mais aqui e aqui)

CONT.



Na tentativa de reduzir os impactos do projeto de São Luiz à região, a Secretaria-Geral da Presidência engatinha na discussão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) para o Tapajós. Essa mesma política está sendo aplicada na região do Xingu, “para prover uma região historicamente caracterizada pela presença frágil do Estado de políticas públicas necessárias para seu desenvolvimento”, segundo o texto do site do PDRS Xingu.

Com os estudos de impacto entregues, o projeto da usina agora precisa da aprovação do Ibama para se tornar realidade. Enquanto aguarda o resultado, a prefeitura de Itaituba montou uma equipe técnica multidisciplinar para analisar o estudo de impacto ambiental da hidrelétrica e exigir do Ibama as condicionantes necessárias à cidade. É por meio dessa análise que a administração pretende estudar maneiras de mitigar os impactos da usina.

De agosto a novembro, os técnicos observaram uma série de lacunas na elaboração do estudo de impacto ambiental, em um parecer preliminar que ainda não foi finalizado. Um dos problemas apontados por Hilário Rocha, engenheiro ambiental e secretário do Meio Ambiente de Itaituba, é o número da população considerada, que se baseia em dados incorretos do IBGE, segundo ele. De acordo com os dados do IBGE, a população da cidade passou de 118 mil, em 2007, para 97,4 mil pessoas, no censo de 2010. Isso aconteceu porque, segundo a prefeitura da cidade, a pesquisa não visitou toda a extensão do município, que possui distritos com 30 km de distância e localidades da zona rural e garimpeira onde só se chega de avião.

O fato motivou uma ação judicial da representação de Itaituba contra a União e o IBGE, para pedir a recontagem da população. A prefeitura conseguiu que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fosse restituído para os valores correspondentes a uma cidade com mais de 100 mil habitantes. Mas a recontagem estatística pelo IBGE não foi feita. De acordo com o município, a população de Itaituba chega a 120 mil habitantes.

O caso se reflete em impasse porque com o número de habitantes considerado pelo estudo de impacto ambiental, Itaituba é sinônimo de um município modelo. De acordo com o estudo, existem leitos hospitalares de sobra na cidade (4,48 leitos por mil habitantes, enquanto a recomendação do Ministério da Saúde é de 2,5 a 3 leitos por mil habitantes) e 100% das crianças entre 7 e 14 anos atendidas pelo ensino fundamental. São dados diferentes da realidade, contesta a administração municipal. Baseado neles, as condicionantes a serem sugeridas para mitigar os impactos da construção da hidrelétrica podem não ser suficientes.

De acordo com os números fornecidos pela prefeitura, Itaituba conta com 145 leitos entre o Hospital Municipal (45 leitos) e hospitais particulares que tem convênio com o município (100 leitos). Mesmo com o dado considerado no estudo de impacto ambiental, de aproximadamente 97 mil habitantes, a porcentagem de leitos fica bem abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde: 1,4 leito por mil pessoas. “Todo o estudo do EIA-Rima [Estudo de Impacto Ambiental] da hidrelétrica foi feito em cima de um dado que não existe”, contesta Rocha.

Em outubro de 2014, a CNEC WorleyParsons, empresa responsável pela elaboração do estudo de impacto ambiental, apresentou o trabalho e ouviu as considerações dos representantes

CONT.



municipais. “Eles apenas entenderam que nossa participação é de fundamental importância para que o processo seja feito da maneira correta, mas não deram pra nós nenhum posicionamento”, conta Rocha. O ideal, segundo o secretário de Meio Ambiente, é que os estudos fossem refeitos para readequar as projeções de impactos sociais. Assim, o projeto da hidrelétrica poderia propor ações de compensação mais afinadas com a realidade do município.

Se os impactos já preocupam a administração da cidade e seus moradores, do ponto de vista econômico a chegada dos projetos à região ainda não movimenta a incipiente indústria da cidade. “Indústria forte, de produção, de manufatura, de pegar um produto bruto e transformar, praticamente Itaituba não tem ainda”, revela Eugenio Viana, secretário de Desenvolvimento Econômico.

As perspectivas são de que os empreendimentos das hidrelétricas, por conta da produção de energia, e das estações de transbordo aqueçam a indústria de derivados da soja na cidade, como a produção de ração para animais. Mas não existe nada concreto sobre os setores industriais que podem se desenvolver. “É difícil você falar que vai ser nesse ou naquele segmento”, diz Viana. “Provavelmente vão abrir os leques, a gente tem expectativa nisso”.

Cidade Pepita

O ouro continua sendo a principal fonte econômica que movimenta Itaituba. De acordo com Viana, secretário do Desenvolvimento Econômico, 60% da economia gira em torno da exploração mineral. Serviços públicos representam em torno de 20% a 25%. O restante, de 15% a 20%, é representado pelo comércio. O Produto Interno Bruto da cidade é de R\$ 650,3 mil.

Nessa cadeia de produção, o ouro que sai de Itaituba é majoritariamente ilegal. “Para cada quilo legal, 10 saem ilegais”, explica o secretário Viana. Assim como o diamante. Ainda sem certificado internacional (o chamado selo Kimberley, criado para evitar que diamantes ilegais possam financiar conflitos como os ocorridos na África), o diamante é explorado em garimpo ilegal, com 300 trabalhadores inseridos em terra indígena.

Para Jubal Cabral Filho, geólogo e vice-diretor da Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot), o alto índice de ilegalidade é reflexo da má gestão do governo federal sobre a região. Ele defende que o pequeno garimpeiro deveria receber assistência para se legalizar. “Se o governo tivesse vindo aqui, como faz no sul do país a ensinar o garimpeiro a cuidar da terra, todos nós teríamos um benefício muito maior. Mas ao invés de vir primeiro orientar, ele vem primeiro punir e punição nem sempre é efetiva”, acredita.

Entre os reflexos da ilegalidade está o sério risco à conservação ambiental da região. A mudança na coloração de cursos do Tapajós nos últimos anos motivou uma petição pública que pede a realização de uma pesquisa para investigar a qualidade da água do rio. A suspeita é que as dragas que revolvem o leito do Tapajós em busca de ouro também estejam despejando mercúrio e cianeto em suas águas, comprometendo a saúde de moradores.

CONT.



Além dos garimpeiros manuais, maioria na região, o ouro de Itaituba atrai mineradoras de médio porte de capital estrangeiro. Entre as que requisitaram autorização de pesquisa junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) estão a inglesa Serabi Gold, as canadenses Eldorado Corp, Magellan Minerals e Mineração Regent, e a americana Brazilian Resources. A Eldorado Corp é responsável pelo empreendimento de exploração aurífera Tocantinzinho, a 200 km de Itaituba, que já teve licença prévia emitida em 2012 e aguarda revisão de estudos econômicos. Até agora, ainda não foi solicitada a Licença de Instalação. O projeto consiste em uma mina de ouro a céu aberto, com reservas estimadas em 60 toneladas de ouro e vida útil de 11 anos. Os investimentos alcançam US\$ 12 milhões.

A principal atividade econômica que movimenta a cidade de Itaituba é a mineração do ouro. Diferente dos pequenos mineradores, que muitas vezes exploram a superfície e beiras de rio, as empresas visam a implantação de minas de ouro. "O projeto de implantação de uma mina é bem bolado, ela [a empresa] vai pesquisar. É diferente do garimpo, onde a prospecção é feita pelo próprio garimpeiro, que vai cavando e vê se tem ouro", informa o chefe do gabinete do DNPM em Itaituba, Marcos Antônio Cordeiro, entusiasta da mudança de perfil da mineração. "A empresa de pesquisa faz uma inspeção no local, faz um trabalho geofísico e geoquímico, uma estimativa do bem mineral e vai quantificar para ver se vale a pena [explorar o ouro]". Nessa conta, a infraestrutura é de suma importância. Sem estradas boas para transporte ou disponibilidade de energia elétrica para manter a mina funcionando, não existe grande investimento que se sustente. Com a rede de obras previstas na região, esse panorama vai mudar.

O problema é que junto à mineração de larga escala, que escava minas em profundidade, estão os impactos ligados à cadeia produtiva da extração de minérios. Além do desmatamento e geração de pilhas de dejetos, a mineração de ouro acarreta um grande consumo de água e energia; os produtos químicos usados podem contaminar os lençóis freáticos do território explorado e as bacias de rios, dependendo da localização da mina. O projeto Tocantinzinho, por exemplo, prevê o uso de explosivos e de reagentes químicos, como cianeto, soda cáustica e ácido clorídrico e fica localizado a 1,5 km do rio que dá nome ao empreendimento.

A demanda por pesquisa e lavra na região do Tapajós por parte de empresas consolidadas só cresceu nos últimos anos. Apenas no município de Itaituba, foram 255 pedidos em 2014 e 560 em 2013 feitos ao Departamento Nacional de Produção Mineral. De 2010 a 2014, foram 1445 pedidos no município, mais de cinco vezes o total dos requerimentos feitos entre 2005 e 2009. De acordo com a Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot) e com a secretaria de Desenvolvimento Econômico, o crescimento da exploração do ouro na cidade tem mais relação com a aquisição de maquinários do que com a chegada dos grandes projetos de infraestrutura ali. As PCs, espécie de retroescavadeiras usadas na mineração, podem encurtar o processo de um mês para dez dias na retirada do ouro.

Em Itaituba, o número de requerimentos ultrapassa, com folga, o de municípios vizinhos que também são cortados pelo Tapajós. Enquanto a cidade pepita teve 1717 pedidos nos últimos 10 anos – 90% dos requerimentos foram para extração de ouro –, Jacareacanga teve 353 requerimentos registrados no DNPM. Já Trairão teve 262.

CONT.



Lá fora, a floresta

Com extensão territorial de aproximadamente 62 mil km² (duas vezes o tamanho da Bélgica), o município de Itaituba é formado em grande parte por um conjunto de áreas de proteção ambiental. Na periferia da cidade, duas terras indígenas onde vivem os Munduruku, a Praia do Índio e a Praia do Mangue, estão esmagadas em meio aos bairros residenciais. Para além do núcleo urbano, diversas áreas de preservação entram em conflito com os interesses econômicos na região.

Em 2012, a presidenta Dilma Rousseff alterou as áreas de sete unidades por meio de uma medida provisória, convertida em lei. Todas as alterações estão relacionadas a aproveitamentos hidrelétricos.

De acordo com nota lançada à época pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), o Parque Nacional da Amazônia foi reduzido em 6,7%. Destes, 2,5% do território protegido foi subtraído por se sobrepor ao lago da usina de São Luiz do Tapajós. As Florestas Nacionais de Itaituba I (2,5% de área excluída) e II (7,9%), a Floresta Nacional do Crepori (0,2%) e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós (1,3%), também tiveram seus territórios reduzidos por conta das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Somadas, as áreas reduzidas por sobreposição a empreendimentos hidrelétricos totalizam pouco mais que o território da cidade de Salvador.

Em meio à política de proteção ambiental, Itaituba também faz parte do programa Municípios Verdes, cujo objetivo é combater o desmatamento no Pará. "Como controlar o desmatamento ilegal na região se essa região está sendo visada internacionalmente?", pergunta Hilário Rocha, secretário de Meio Ambiente de Itaituba, ao se referir aos projetos hidrelétricos e de infraestrutura que chegam à cidade. "É muito difícil cobrar do município metas, dados, sendo que o próprio governo federal tem interesse na região", ressalta.

A equação dessa soma de interesses não tem solução fácil. Enquanto a cidade corre contra o relógio para lidar com as mudanças que se aproximam, os moradores continuam se alimentando das promessas de progresso.

Publicado originalmente na Agência Pública.



UFGD abre processo seletivo para Licenciatura Indígena

SÍTIO CEDEFES, 23.02.2015

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) abriu hoje as inscrições para o Processo Seletivo da Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu. Ao todo, são disponibilizadas 70 vagas para indígenas das etnias Guarani ou Kaiowá, portadores de Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou documento equivalente.

Inscrições

A inscrição é gratuita e pode ser feita até o dia 25 de fevereiro. Os documentos devem ser entregues nos locais que constam no edital de abertura e a ficha de inscrição pode ser retirada em um desses locais ou acessada via internet, pelo link: <http://cs.ufgd.edu.br/vestibular/pslin2015>.

Os documentos necessários para inscrição são:

- a) fotocópia do CPF;
- b) ficha de inscrição preenchida e assinada concordando com os termos do edital;
- c) documento de identificação;
- d) documento que ateste a etnia à qual pertence (no edital há uma declaração como anexo, mas outros documentos que atestem a etnia serão aceitos).

O edital completo deve ser atentamente lido por todos os candidatos. Nele constam os endereços dos locais de inscrição, cronograma, conteúdo das provas e todos os detalhes que regem o processo seletivo. Para acessar o edital, clique em: http://200.129.209.183/arquivos/editais/78/FAIND/Edital_de_Abertura_PSLIN_2015%202.pdf.

As provas acontecem nos dias 14 e 15 de março, nas cidades de Dourados ou Amambai.

Pedagogia de alternância

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu tem como objetivo formar professores que atuem de forma diferenciada na educação escolar indígena, valorizando, ao mesmo tempo, o conhecimento acadêmico e o tradicional, aquele herdado da própria cultura guarani-kaiowá, transmitido pelas lideranças dentro das comunidades.

A duração mínima da graduação é de quatro anos e meio e sua metodologia é baseada na pedagogia de alternância. Ou seja, os acadêmicos têm aulas na UFGD, durante o Tempo Universidade, e em sua própria aldeia, durante o Tempo Comunidade. Durante todo curso, os estudantes desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32/2015

Brasília, 23 de fevereiro de 2015.

O profissional sai da Universidade habilitado em uma das áreas oferecidas pelo curso, que são Ciências Sociais, Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza, todas elas associadas à Interculturalidade.

Fonte: Carlos Rafael da Silva - Rafael Xucuru-Kariri